



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER

RUFO ALVES MARTINS

**FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO
BRASIL: HISTÓRICO E COMPOSIÇÃO**

Brasília – DF, março 2018.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER

**FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO
BRASIL: HISTÓRICO E COMPOSIÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade de Brasília –
UnB, como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social.

Autor: Rufo Alves Martins.

Orientador (a): Professor-Dr. Evilásio
da Silva Salvador.

Brasília – DF, março 2018.

BANCA EXAMINADORA

Evilásio da Silva Salvador - SER – UnB
(Orientador)

Professora - Dr^a. Janaina Lopes do Nascimento Duarte
Membro interno do SER – UnB

Samuel Gabriel Assis
Assistente Social - IFB

“Tenho visto o trabalho penoso que Deus deu aos filhos dos homens para nele se exercitarem. Tudo fez formoso em seu tempo; também pôs na mente do homem a ideia da eternidade, se bem que este não possa descobrir a obra que Deus fez desde o princípio até o fim. Sei que não há coisa melhor para eles do que se regozijarem e fazerem o bem enquanto viverem; e também que todo homem coma e beba, e goze do bem de todo o seu trabalho é dom de Deus”. (Bíblia¹ - Eclesiastes 3: 10-13); “Vês um homem hábil na sua obra? Esse perante reis assistirá; e não assistirá perante homens obscuros”. (Bíblia - Provérbios 22: 29); “Aquele que furtava, não furete mais; antes trabalhe, fazendo com as mãos o que é bom, para que tenha o que repartir com o que tem necessidade”. (Bíblia - Efésios 4: 28); “Entrega ao Senhor as tuas obras, e teus desígnios serão estabelecidos”. (Bíblia - Provérbios 16:3); “Porque o salário do pecado é a morte, mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus nosso Senhor”. (Romanos 6: 23 - Bíblia Sagrada); “Porque diz a Escritura: Não atarás a boca ao boi quando debulha. E: Digno é o trabalhador do seu salário”. (I Timóteo 5: 18 - Bíblia Sagrada); Que proveito tem o trabalhador naquilo em que trabalha? Pôs na mente do homem a ideia da eternidade, se bem que este não possa descobrir a obra que Deus fez desde o princípio até o fim. Sei que não há coisa melhor para eles do que se regozijarem e fazerem o bem enquanto viverem; e também que todo homem coma e beba, e goze do bem de todo o seu trabalho é dom de Deus. (Eclesiastes 3:9-13 - Bíblia Sagrada).

¹ ALMEIDA, João Ferreira de. Trad. A Bíblia Sagrada (Revista e atualizada no Brasil) 2 ed. São Paulo. Sociedade Bíblica Brasileira, 1993.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Deus, acima de tudo, pela inspiração, o amor infindável, a graça imerecida e a proteção sempre presente, que é a manifestação de sua fidelidade eterna!

Aos meus pais, Otenor e Eulina “in memoriam”, pelo incomensurável cuidado, base e ternura de sempre; foi graças ao amor irrestrito de vocês que cheguei a ser o que sou, a vocês, a minha humilde gratidão!

Aos meus irmãos Ruy, Rubens, Raquel, Rubeval, Alexandre, Euler, Robson, e Elmo, “in memoriam”, por terem proporcionados muitas alegrias e dignidade para minha vida!

À minha amada e virtuosa esposa, por todos os momentos em que me compreendeu e me apoiou nesta jornada acadêmica e na vida, pelo carinho e amor, pelo cuidado e zelo oportunizado a mim em todos os momentos desta caminhada, por sua maneira singela e confiante de me incentivar!

Às minhas filhas, Giulianne e Giselle, a construção mais importante e a expressão de continuidade da vida!

Aos meus netos João Victor e Lucas Rafael, pela alegria que proporcionam a mim, mesmo quando alguma coisa não sai como planejo, eles se cercam de mim com abraços e sorrisos.

Agradeço a minha família pelo incentivo e paciência nos meus momentos de estudos e reflexão, e a todos meus parentes, principalmente, ao meu sogro e a minha sogra, pela simplicidade de seu carinho!

Agradeço a Universidade de Brasília – UnB e ao Departamento do Serviço Social, pela oportunidade que me concederam de estudar e aprender um pouco mais a respeito das coisas materiais e fortalecer as minhas crenças em um mundo melhor e no ser Humano!

Agradeço aos amigos funcionários do SER pelo pronto atendimento as minhas muitas solicitações!

Aos amigos/as, que ganhei na FE, UCB, IESB e na UnB, pelo estímulo e por crerem em mim até quando eu mesmo descreditei e pelas amizades que ficaram durante a minha jornada estudantil e pelos os sorrisos mais francos e repartidos comigo, foram momentos incríveis, de coração, muito obrigado!

À banca examinadora deste TCC: Professora – Doutora Janaina Lopes do Nascimento Duarte - Membros internos do SER – UnB, e ao Assistente Social Samuel Gabriel Assis pela disponibilidade em acolher com tanta atenção ao convite.

Ao amigo, Professor - Dr. Evilásio da Silva Salvador - SER – UnB (Orientador) - um botafoguense apaixonado - que me orientou com sabedoria, resignação, amizade e humanidade, meus sinceros agradecimentos!

A todos que colaboraram na preparação e materialização deste trabalho!

Finalmente, agradeço a todos os professores – para não ser injusto não citarei nomes - que passaram por minha vivência acadêmica trazendo conhecimento e me inspirando a continuar neste caminho de descobertas!

Obrigado.

RESUMO

Esta pesquisa tem como questão norteadora buscar apreender o histórico da política de educação profissional e tecnológica no Brasil, bem como analisar execução orçamentária e o direcionamento dos investimentos no campo educacional no Brasil. Com o objetivo geral de compreender e analisar o histórico da política de educação profissional e tecnológica no Brasil, bem como o arranjo do implemento orçamentário e da direção dos investimentos no educacional brasileiro. Tem por objetivo específico, proporcionar apreensão sobre o financiamento da Educação Profissionalizante e Tecnológica; compreender o histórico da política de educação profissional e tecnológica no Brasil; e analisar a execução orçamentária; e verificar a direção dos investimentos no campo da educação profissionalizante. O primeiro capítulo traz um panorama histórico da Educação Profissional e Tecnológica Brasileira, começando pelo período 1937 até nossos dias, buscando, com isso, posicionar a primeira reforma educacional e os seus acontecimentos no tempo e no espaço, como precursora da LDB/96, assim como o procedimento que culminou com moderna reforma educacional, verificando o contínuo debate sobre a investida neoliberal. Já o segundo capítulo, expõe a estruturação e a composição normativa do Fundo público e traz uma discussão sobre o financiamento da política de Educação Profissional e Tecnológica Brasileira, pós CF/88. O terceiro capítulo procura a apresentar a Educação Profissional como estratégia de desenvolvimento e a inclusão social e pauta a questão do financiamento como um dos seus eixos centrais, de maneira que a política de educação profissional deveria ter um sistema de financiamento organizado, para atender as expectativas que lhes são atribuídas pela população. O quarto capítulo analisa de forma breve as informações dos direcionamentos orçamentários e dos investimentos educacional público e seu contexto na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Por fim, a consideração final que faz uma avaliação geral do texto com uma crítica aos modelos apresentados nesta pesquisa.

Palavras Chaves: Historicidade. Educação no Brasil. Profissionalizante. Fundo Público. Orçamento.

ABSTRACT

This research has as a guiding question to seek to apprehend the history of the politics of professional and technological education in Brazil, as well as analyze budget execution and the direction of investments in the educational field in Brazil. With the general objective of understanding and analyzing the history of the politics of professional and technological education in Brazil, as well as the arrangement of the budget implementation and the direction of investments in the Brazilian education. Its specific objective is to provide apprehension about the financing of Vocational and Technological Education; understand the history of professional and technological education policy in Brazil; and analyze budget execution; and to verify the direction of investments in the field of vocational education. The first chapter presents a historical overview of Brazilian Professional and Technological Education, starting from the period 1937 to the present day, in order to position the first educational reform and its events in time and space, as a precursor to LDB / 96, like the procedure that culminated with modern educational reform, verifying the continuous debate on the neoliberal onslaught. The second chapter presents the structure and normative composition of the Public Fund and brings a discussion about the financing of the Brazilian Professional and Technological Education policy, post CF / 88. The third chapter seeks to present Vocational Education as a development strategy and social inclusion and guides the issue of financing as one of its central axes, so that vocational education policy should have an organized funding system to meet expectations which are attributed to them by the population. The fourth chapter briefly analyzes the information on budgetary directions and public educational investments and their context in Vocational and Technological Education in Brazil. Finally, the final consideration that makes a general evaluation of the text with a criticism of the models presented in this research.

Key words: Historicity. Education in Brazil. Vocational. Public Background. Budget.

LISTA DE TABELAS

TABELA	AÇÃO	PÁG.
Tabela 01	Evolução do número de matrículas na educação profissional por dependência....	21
Tabela 02	Indicadores da Educação Básica da localidade.....	23

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ORDEM	DESCRIÇÃO
AIT	Associação Internacional dos Trabalhadores
BIRD	Bando Interamericano do desenvolvimento
CEFETS	- Centros Federais de Educação Tecnológica
CFESS	- Conselho Federal de Serviço Social
CEPAL	- Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CF	- Constituição Federal
CTN	- Conselho do Tesouro nacional
CNA	- Confederação Nacional da Agricultura
DEM	- Partido Democrata
ETFS	- Escolas Técnicas Federais
EPT	- Educação Profissional e Tecnológica
FHC	- Fernando Henrique Cardoso
FUNDEF	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
FUNDEB	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Estudos Educacionais Anísio Teixeira
LDB	- Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO	- Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	- Lei Orçamentária Anual
MEC	- Ministério da Educação
MP	- Medida Provisória
MTE	- Ministério do Trabalho e Emprego
MTO	- Manual Técnico do Orçamento
OPNE	- Observatório do Plano Nacional de Educação
PAC	- Plano de Aceleração do Crescimento
PIB	- Produto Interno Bruto
PPA	- Plano Plurianual
PNE	- Política Nacional de Educação
PDDE	- Programa Dinheiro Direto na Escola
PNBE	- Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNLD	- <i>Programa Nacional do Livro Didático</i>
PDE	- <i>Plano de Desenvolvimento da Escola</i>
PAPE	- Programa de Acolhimento, Permanência e Êxito
PT	- Partido dos Trabalhadores
PSD	- Partido Social Democrata
PFL	- Partido da Frente Liberal
SETEC	- Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SENAI	- Serviço Nacional da Indústria
UNB	- Universidade de Brasília
TCC	- Trabalho de Conclusão de Curso
TCU	- Tribunal de Contas da União
CNE	- Conselho Nacional De Educação
CEB	- Câmara de Educação Básica
QDDs	- Quadro de Detalhamento de Despesas

SUMÁRIO

ITEM	ASSUNTO	PÁG.
	INTRODUÇÃO.....	12
1.	HISTÓRICIDADE E CONCILIAÇÃO.....	15
2.	CAPÍTULO II - FUNDO PÚBLICO E FINANCIAMENTO.....	30
3.	CAPÍTULO III - FINANCIAMENTO EDUCACIONAL PÚBLICO.....	40
4.	CAPÍTULO IV - PLANO PLURIANUAL E ORÇAMENTO FEDERAL.....	44
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
	REFERÊNCIAS.....	58

INTRODUÇÃO

Para início desta pesquisa, é bom que se diga, desde logo, que, para pensar a boa gestão pública da educação em todos os seus níveis, (básica; fundamental, superior e profissionalizante) é imprescindível compreender e analisar o histórico da política de educação profissional e tecnológica no Brasil, bem como sua execução orçamentária e a direção dos investimentos neste campo da educação.

Conhecer e estudar sobre o financiamento² educacional, é um tema que se desenvolveu nos países centrais nos anos de 1960, onde realizaram estudos que desenvolveu a disciplina de Economia da Educação.

Já a educação no Brasil, percorreu um longo percurso, que envolveu a discriminação entre aqueles que teriam acesso a ela e aqueles a quem seria negada, seja por questões étnicas, financeiras, culturais, entre outras.

Esta pesquisa tem como questão norteadora buscar apreender o histórico da política de educação profissional e tecnológica no Brasil, bem como analisar execução orçamentária e o direcionamento dos investimentos no campo educacional no Brasil.

O interesse pessoal em pesquisar este tema esta ligada a experiência vivida durante minha fase de estagio no IFB campus Samambaia-DF e Gama-DF.

Ao refletir sobre as minhas alterações internas e observações sobre a quantidade de materiais acumulados e já obsoletos, juntados em depósitos improvisados, muitos deles nunca utilizados, sendo danificados pelas intempéries e o abandono - Com uma grande soma de dinheiro público embutido – e também sobre a maneira como se estrutura os currículos dos cursos de formação; muitos sem devida adequação ao mercado de trabalho local e por falta de políticas de incentivo ao emprego.

Vieram a minha mente, por muitos dias, perguntas que se formalizou nesta: Qual a legítima utilidade para a sociedade da aplicação de recursos na EPT?

Isto me levou buscar respostas e verificar se esses recursos são instituídos a um bem-estar exclusivo ou se segue uma orientação segundo a destinação dos mencionados recursos.

2 O financiamento do ensino passou a ter identidade própria a partir dos trabalhos de Schultz (*The economic value of education*, Theodore W. Schultz), Becker e Benson (*A economia da educação pública*) nos anos 1960 a partir de uma perspectiva liberal abordando os problemas da educação em termos financeiros e econômicos. (<http://bit.ly/setecmec>).

Baseado no referencial teórico sugerido, esta pesquisa busca trazer uma compreensão sobre a historicidade da política educacional e o cumprimento orçamentário na administração dos investimentos públicos no Brasil, ressaltando algumas resoluções econômicas que incidiram sobre a política educacional e a estruturação do fundo público brasileiro.

Com o objetivo geral de compreender e analisar o histórico da política de educação profissional e tecnológica no Brasil, bem como o arranjo do implemento orçamentário e da direção dos investimentos no educacional brasileiro, relativo à educação profissional e tecnológica no Brasil.

Tem por objetivo específico, proporcionar apreensão sobre o financiamento da Educação Profissionalizante e Tecnológica; compreender o histórico da política de educação profissional e tecnológica no Brasil; e analisar a execução orçamentária; e verificar a direção dos investimentos no campo da educação profissionalizante.

Empregou-se a metodologia da pesquisa qualitativa, por meio de levantamento referencial com apoio em documentos escritos sobre o tema no período de 2012 a 2015.

Recorremos à pesquisa documental tomando como fonte de dados informações contidas no site do Governo Federal e na bibliografia referenciada, em que foram considerados – em uma perspectiva multidisciplinar - informações para a elaboração.

Procurando expandir o conhecimento, realizaram-se leituras em artigos acadêmicos, de revistas disponíveis no Scielo, artigos publicados em revistas acadêmicas de Serviço Social, livros, teses, dissertações e ensaios, disponíveis ao público em geral; buscando avaliar teoricamente as reflexões sobre financiamento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Escolhemos valer-nos do estudo de documentação específica com vistas a entender as múltiplas facetas e arrolamentos dos elementos a serem averiguados por meio de uma apreciação extenuante e densa do episódio e do fato na Literatura sobre o assunto que nos levou a estruturar este TCC da seguinte forma:

O primeiro capítulo traz um panorama histórico da Educação Profissional e Tecnológica Brasileira, começando pelo período 1937 até nossos dias, buscando, com isso, posicionar a primeira reforma educacional e os seus acontecimentos no tempo e no espaço, como precursora da LDB/96, assim como o procedimento que culminou com moderna reforma educacional, verificando o contínuo debate sobre a investida neoliberal.

Já o segundo capítulo, expõe a estruturação e a composição normativa do Fundo público e traz uma discussão sobre o financiamento da política de Educação Profissional e Tecnológica Brasileira, pós CF/88.

O terceiro capítulo procura a apresentar a Educação Profissional como estratégia de desenvolvimento e a inclusão social e pauta a questão do financiamento como um dos seus eixos centrais, de maneira que a política de educação profissional deveria ter um sistema de financiamento organizado, para atender as expectativas que lhes são atribuídas pela população.

O quarto capítulo analisa de forma breve as informações dos direcionamentos orçamentários e dos investimentos educacional público e seu contexto na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

Por fim, a consideração final que faz uma avaliação geral do texto com uma crítica aos modelos apresentados nesta pesquisa.

CAPÍTULO I

HISTÓRICIDADE E CONCILIAÇÃO

Este primeiro capítulo, propicia-se uma visão panorâmica a partir de informações sobre a Educação Profissional e Tecnológica Brasileira na perspectiva histórica dos princípios e subsídios essenciais para a formação profissional e educacional, de maneira que se estruture para a “construção de um projeto mais amplo para a educação pública; com singularidades que lhe são bastante próprias, passando a atuar como uma rede social de Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”. (MEC/SETEC³, 2008, p. 17).

Os cursos profissionais, segundo a Constituição de 1937, voltados à realização de trabalhos manuais estavam destinados às camadas mais pobres da população e possuíam o “requisito” de serem considerados terminais, havendo restrições para o prosseguimento nos estudos superiores. Por outro lado, o curso secundário era destinado aos “dirigentes” da nação, agraciados com o direito de continuação dos estudos em qualquer Curso Superior.

Isso caracterizou uma visão social explicitada pela reforma, que protegia os abastados, oferecendo-lhes melhores oportunidades, enquanto obrigava os pobres a parar os estudos ou seguir precocemente uma profissão que carregaria para o resto de sua vida.

De acordo com Gomes (1992), pesquisas estão sendo feitas sobre a temática de EPT e disseminadas por duas revistas acadêmicas do MEC - “Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos” e “Gestão em Ação”, da Universidade Federal da Bahia.

Essas revistas têm sido as maiores divulgadoras, no entanto, não são as únicas, pois se destacam outras revistas de alcance nacional ou local.

Em 1987, com o fim da vinculação de recursos pós 1967, houve uma redução das despesas educacionais, comparando aos anos anteriores quando estava em vigor a Lei de 1946.

Com a abertura política e redemocratização, nova tentativa de emenda recebeu o nome de Lei Calmon, sendo promulgada no fim de 1983.

3 A SETEC tem como competência planejar, orientar, coordenar e avaliar o processo de formulação e implementação da política de educação profissional e tecnológica em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE). Relatório de Gestão Consolidado MEC - Exercício 2015 - http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=49951-rg-se-mec-2015-pdf&category_slug=outubro-2016-pdf&Itemid=30192

No entanto, sem que o Congresso Nacional tivesse ingerência real na aprovação do Orçamento da União, o Poder Executivo se recusou a cumprir os preceitos da citada emenda, por não a considerar autoaplicável, enviando ao Legislativo um Projeto de lei que praticamente reduzia os montantes aplicados na educação ao nível pré-existente, senão menos.

Diante disso, tornou-se necessário aprovar, em cumprimento à promessa de Tancredo Neves, quando candidato à presidência, a Lei n. 7.348, de 24 de julho de 1985, chamada Lei Calmon, para que efetivamente a alteração constitucional começasse a dar frutos.

Assim, a carta de 1988 não só incorporou a vinculação de recursos destinados à educação como aumentou este índice, beneficiando, inclusive, os Estados e Municípios com a descentralização de recursos tributários.

Nesse sentido, pode-se resumir que recursos protegidos para a educação eram em períodos democráticos; enquanto que, no período ditatorial, esses recursos foram drasticamente reduzidos para educação e alocados pelos governantes da época. Isso provocou a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito pela Câmara dos Deputados para verificar o exato cumprimento da Emenda Calmon.

De início, o relatório constatou que apenas os mínimos eram cumpridos durante os quatros primeiros anos da implantação da Lei Calmon. No entanto, houve um aumento significativo de recursos na Carta Magna de 1988, a qual asseguraria incremento líquido dos mesmos recursos, proposta do senador Calmon.

De outra parte, o aumento destes recursos foi maior na esfera federal que na estadual e, em razão disso, o Ensino Superior captou boa parte dos recursos, beneficiando o estrato mais privilegiado da população no âmbito federal.

Dito isso, em função dos interesses antagônicos em relação à aplicação destes recursos, manifestava-se a tendência em alcançar uma base de recursos menos sensível à conjuntura econômica em âmbito federal.

No entanto, Velloso (1988) contestou a tese de que a emenda tenha feito com que a verba para o ensino aumentasse, e Gomes (1992) encerra sua analogia dizendo que os objetivos de sua pesquisa foram alcançados, pois trabalhou com dados existentes e suas limitações e que outras pesquisas deveriam ser feitas com o intuito de esclarecer ainda mais esta temática.

Dois anos depois, Velloso (1994) apresentou um trabalho em que relatava que, em 1988, os dados das despesas não alcançaram nem 18% da receita de impostos para manutenção do ensino.

O citado estudioso utilizou o Quadro de Detalhamento de Despesas (QDDs) do Ministério da Educação, que incluíam dados do Tesouro Nacional e de outras fontes, sendo atualizado trimestralmente, com despesas ainda a serem realizadas, com base no trimestre anterior, ou seja, apenas uma aproximação.

Muitas vezes, estes dados não batem com os dados do Tribunal de Contas da União (TCU), o que deixa claro a falta de transparência e flexibilidade na defesa de posições antagônicas.

Ao mesmo tempo, vários caminhos apontados por Gomes (1992) serviram para descaminhar as verbas para a Educação, tais como: a desvinculação inflacionária dos recursos; a liberação meramente formal ao fim do exercício financeiro; a distribuição silenciosa de verbas; a cessão de funcionários da educação a outros setores; as despesas previdenciárias crescentes, a falta de objetivos nítidos, a máquina administrativa dispendiosa e a debilidade dos processos de fiscalização e controle.

Ainda, de acordo com Velloso (1994), há uma série de problemas que acarretaram prejuízo para Educação: desvio de recursos; corrupção, sonegação fiscal; deficiente fiscalização pelos Tribunais de Contas, inexistência de controle social; isenção fiscal para escolas filantrópicas e privadas; subsídios às escolas particulares; clientelismo e o peso do neoliberalismo.

As transformações no mundo do trabalho vêm acompanhadas de profundas mudanças da esfera do Estado, consubstanciadas na reforma do Estado, exigida pelas políticas de ajuste, tal como recomendadas pelo consenso de Washington.

Em função da crise fiscal do Estado em um contexto recessivo, são reduzidas as possibilidades de financiamento dos serviços públicos; ao mesmo tempo, preceitua-se o enxugamento dos gastos governamentais, segundo os parâmetros neoliberais.

As repercussões da proposta neoliberal no campo das políticas sociais são nítidas, tornando-se cada vez mais focalizadas, mas descentralizadas, mais privatizadas.

Presenciam-se a desorganização e destruição dos serviços sociais públicos e tais indicações apontam para que a reflexão contemporânea sobre o trabalho profissional tome, com urgência, um banho de realidade brasileira, munindo-se de dados, informações e indicadores que possibilitem identificar as expressões particulares da questão social, assim como os processos sociais que as reproduzem.

Os críticos ao sistema alegam que a economia neoliberal só defende as grandes potências econômicas e as empresas multinacionais e os países pobres ou em processo de desenvolvimento (Brasil, por exemplo) sofrem com as consequências da política neoliberal; nestes países, assinalam como causas do neoliberalismo: desemprego, baixos salários, aumento das diferenças sociais e dependência do capital internacional. Conforme assevera Cruz:

Todavia, é preciso considerar que as políticas públicas de ensino, pautadas em uma ideologia neoliberal e endereçadas à Educação Profissional, promoveram mais retrocessos que avanços e estiveram marcadas pela forte fragmentação interna do sistema educacional brasileiro, fato que até hoje persiste e se constitui em um desafio para os atores que regem a educação profissional contemporânea. (CRUZ, 2012, p. 544).

O governo utilizou um decreto presidencial (Decreto 2.208/1997) para regulamentar a educação profissional, o que foi feito sem nenhuma discussão com esferas da sociedade civil, prevalecendo à concepção de educação vinculada aos organismos internacionais, com a utilização de um decreto para regulamentar. Favorecendo os comprometidos em implantar no Brasil a experiência do projeto neoliberal de reformar o ensino.

Neste sentido, o Tribunal de Contas tem sua eficácia reduzida, suas interpretações são divergentes, abrindo possibilidades de contrariar ou abrandar a Constituição e a lei.

Diante desse cenário, mesmo antes de ser implantada, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) já era apontada pela literatura como uma alternativa para o desenvolvimento da educação brasileira, pois já se tinha uma pequena experiência com a vinculação de 1983.

Com isso, a LDB propunha apertar a malha de controle, definir as despesas e desvincular a educação das despesas previdenciárias, pois se entendia que havia uma falha muito grande nesse controle e que deveria ser realizado pela sociedade.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é regida por quatro decretos: Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que organizou o ensino industrial; Decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que instituiu o SENAI; Decreto-lei n.4.244 de 9 de abril de 1942, que organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginasial, com quatro anos, e o colegial, com três anos; Decreto-lei n.6.141, de 28 de dezembro de 1943, que reformou o ensino comercial e estabeleciam as divisões de capitalização, juntando os cursos industrial, comercial e agrícola.

Nesse decreto, ainda, o curso normal, que tinha especialidade diferente, visto que se voltava ao desenvolvimento de professores, de modo elitista em suas preferências.

Assim, os cursos profissionalizantes permaneceram sintetizados aos cursos que, num formato total, consistiam em dois ciclos: um ginásial, chamado Básico, na maioria dos casos, com quatro anos de duração, e outro chamado técnico, com duração de três a quatro anos (MANFREDI, 2002).

Fazendo-se um recorte sobre os Programas de Qualificação e Educação Profissional e Tecnológica (EPT) desenvolvidos nos anos de 2014 a 2015, pode ser visto como se deu conforme a sistematização apresentada no quadro 1.

Quadro 01 - Programas de Qualificação e Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Programa	Programas vinculados	Responsável
PNPE (2003)	Consórcios Sociais da Juventude Empreendedorismo Juvenil Juventude Cidadã Soldado Cidadão Jovem Empreendedor Programa Aprendizagem	TEM MTE MTE/SEDH TEM MTE/SEBRAE MTE/Sistema S MTE/Sistema S
PDE - 2007	E-tec Brasil Brasil Profissionalizado	MEC MEC
PNQ	CODEFAT Cursos livres (aumento da CH para 200 h)	MTE
Programas articulados à Educação Básica	Escola de Fábrica PROJOVEM PROEJA PESCA Mulheres Mil	MEC/TEM MEC MEC SEAP/PR e MEC MEC

Fonte: Kuenzer (2010); Moura (2010) e Nascimento (2012). Elaboração própria

Como podem ser constatados a partir do quadro 01, os estudantes procedentes dos cursos profissionalizantes técnicos, no campo dos regulamentos orgânicos, embora com dificuldades, avançaram nos estudos em Nível Superior.

Diga-se que a intensificação do capitalismo industrial no Brasil, que a Revolução de 1930 acabou por representar, determinou, conseqüentemente, o aparecimento de novas exigências educacionais.

Se antes, na estrutura oligárquica, as necessidades de instrução não eram sentidas, nem pela população nem pelos poderes constituídos (pelo menos em termos de propósitos reais), a nova situação implantada na década de 1930 veio modificar profundamente o quadro das aspirações sociais, em matéria de educação, e, em função disso, a ação do próprio Estado (ROMANELLI, 1999, p. 59).

Além disso, segundo Ghiraldelli Jr. (2006), esses cursos apenas consentiam no ingresso no Nível Superior mesmo grupo de formação, ou seja, não existia a probabilidade de alteração de círculo.

Ainda segundo Ghiraldelli Jr. (2006), pode-se afirmar que, para evitar que o proletário mais facilmente organize as suas experiências, o capitalismo dificulta-lhe todos os meios de cultura, os quais só não constituem em absoluto monopólio da classe dominante porque as necessidades da produção exigem dos trabalhadores certa instrução e certo desenvolvimento de aptidões.

Até porque, em matéria de cultura, a burguesia industrial lhes proporciona (e apenas a uma parte) — tão somente o mínimo, o estritamente necessário ao processo de produção.

Por conseguinte, nos países de economia agrária dominante e capitalista; nem mesmo o ensino primário é ministrado à grande massa.

Conforme Ghiraldelli Jr.

Contenta-se em formar técnicos saídos das suas próprias fileiras e deixar os trabalhadores entregues à tradição, às superstições, à obra obscurantista do clero ou dos cleros (Ghiraldelli Jr., 2006, 191, p. 122).

Dadas essas circunstâncias, com o intuito de procurar, observar e considerar os incrementos, as considerações e a forma de financiamento e a aplicação dos recursos públicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) brasileira, busca-se apontar como o processo de profissionalização vem sendo desenvolvido e mantido no país e como se promove – ou não - alterações substantivas na educação brasileira.

No Brasil, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é um conceito de ensino regido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996), outrora complementada pelo Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997 e, mais recentemente, pelo Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004.

Neste estudo, evidencia-se a importância e o desempenho decisivo e representativo dados pela CF de 1988 e pela Lei n. 9.394/96 (LDB); em razão de seu notável alcance e objetividade no que diz respeito à obrigação de uma caução do direito público individual à educação e ao aprimoramento e avanço da condição do ensino e das qualidades e proposições sociais mínimas para o alcance de resultados que se harmonizem a um ensino apropriado dos estudantes brasileiros. Nos dizeres de Pacheco (2011):

O que se propõe, então, não é uma ação educadora qualquer, mas uma educação vinculada a um Projeto Democrático, comprometido com a emancipação dos setores excluídos de nossa sociedade; uma educação que assimila e supera os princípios e conceitos da escola e incorpora aqueles gestados pela sociedade organizada. Mais do que isso, a comunidade educa a própria escola e é educada por ela, que passa a assumir um

papel mais amplo na superação da exclusão social (PACHECO, 2011. p. 10).

A esse respeito, digam-se, os dois documentos legais, a CF/88 e a LDB/96, conseguiram expressivos progressos, mais relativamente aos meios fundamentais que resguardam juridicamente o direito à educação, e permitiram um aumento de matrículas nas várias modalidades de educação existentes no Brasil.

A tabela a seguir mostra a evolução do número de matrículas.

Tabela 01 - Evolução do número de matrículas na educação profissional por dependência administrativa no período de 2008 a 2014.

ANO	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2008	942.917	32.732	22.362	6.120	451.703
2010	1.178.540	79.433	18.157	2.265	548.685
2012	1.398.193	24.892	05.714	1.056	636.531
2014	1.784.403	49.604	36.678	0.927	957.194
2008/2014	89,2	8,1	6,5	3,3	111,9

Fonte: MEC/Inep⁴ - Esta tabela não inclui dados dos anos de 2009 e 2013. Elaboração própria.

Nesta esteira, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e sua estruturação no Brasil têm como fundamental propósito a especialização do profissional nas tecnologias da sua área de atuação, procurando desenvolver uma qualificação e aperfeiçoamento na sua área abrangente, para profissionais que procuram expandir seus conhecimentos e galgar postos mais elevados dentro das organizações.

A educação não é apenas educar; pois educar tem vários significados, mas, a educação deve ter como objetivo preparar para os desafios que serão gerados ao decorrer da vida, a educação profissionalizante e técnica a qual se refere esta pesquisa serve para orientar e formar os futuros profissionais e cidadãos.

- Favorecendo na transformação de crianças egocêntricas em cidadãos capaz e preparado para o desempenho de atividades profissionais, está é uma a função social da educação profissional e tecnológica;

- Propiciar oportunidades que favoreçam o desenvolvimento de capacidades, habilidades e atitudes que transformem o individuo num cidadão responsável.

⁴ A evolução do número de matrículas na educação profissional por dependência administrativa - Brasil - 2008/2014 - Ano - Matrículas na Ed. Profissional por dependência administrativa - Notas: 1) Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado (AEE); 2) Inclui matrículas de educação profissional integrada ao Ensino Médio.

Diante disso, o fundamental alvo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é a formação de pessoas para o treinamento em uma profissão, com o aprendizado de conhecimentos vinculados aos diversos exercícios do trabalho, tanto para estudantes como para profissionais que procuram expandir suas qualificações. Para a UNESCO, as diretrizes para a EPT visam:

Formar pessoas altamente qualificadas, cidadãos responsáveis capazes de atender às necessidades de todos os aspectos da atividade humana, incluindo-se capacitações profissionais nas quais sejam combinados conhecimentos teóricos e práticos de alto nível, aprendendo a se adaptar constantemente às necessidades presentes e futuras da sociedade. (UNESCO, 1998, artigo 1, alínea “a”).

Ademais, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) observa as diretrizes da Política Nacional da Educação e do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação, bem como os seguintes princípios norteadores: compromisso com a justiça social; equidade; cidadania; ética; preservação do meio ambiente; transparência e gestão democrática; verticalização do ensino e sua integração com o estudo e a extensão; eficácia nas respostas de formação profissional continuada, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais; inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas; natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

Em igual raciocínio, a Rede Federal⁵ de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem sua origem no ano de 1959, quando o Estado brasileiro, aceitando parte dos processos de formação da força de trabalho indispensável para que a indústria completasse o ciclo de crescimento por ele gerado, as institui, por meio da Lei nº 3.552 de 16 de fevereiro, posteriormente, regulamentada pelo Decreto nº 47.038 de 16 de novembro naquele mesmo ano.

Na sequência, em 1994, a Lei Federal nº 8.948, de 8 de dezembro, posicionou a mudança gradativa das Escolas Técnicas Federais (ETFs) em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) por meio de decreto específico para cada instituição e em função de critérios postos pelo Ministério da Educação; levando em conta as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos apropriados, as categorias técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro.

5 <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>

A esse respeito, a Rede Federal tem alcançado a maior ampliação de sua história, sendo que, de 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país.

No entanto, no período compreendido entre 2003 e 2016, o Ministério da Educação consolidou a construção de mais de 500 novas unidades atinentes ao plano de ampliação da educação profissional, totalizando 644 campi em funcionamento. Atualmente, são 38 Institutos Federais implantados nos estados ofertando cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas.

Em tempo, registra-se que a Rede Federal (EPT) também é composta por instituições que não concordaram com a implantação dos Institutos Federais; mesmo assim, oferecem educação profissional em todos os níveis. São dois CEFETS e 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Na realidade, por meio de uma credencial investigativa e qualitativa e pautada num ideário-crítico, foi observado o contentamento dos articuladores tanto para suas respectivas concepções práticas como para o incremento socioeconômico. Neste ponto de vista, Lima (2012) assevera que:

A formação profissional, quando engendrada pela condição de mercadoria, submete-se à lógica da mercantilização, subordinando-se ao processo de parcelamento e de fragmentação resultantes das formas de aceleração do tempo socialmente necessário para sua produção (LIMA, 2012, p. 19).

Nesta conjuntura, aparece, então, o Decreto 2.208/97 regulamentando a Lei 9.424/96 – A Lei de Diretrizes e Bases/LDB, referente à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), e a Resolução CNE/CEB nº 03/98, que separou o Ensino Profissional do Ensino Médio.

Diga-se que a concepção dos estabelecimentos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) aconteceu no princípio do século XIX com a finalidade de afastar das ruas e oferecer habilitação aos “desfavorecidos”.

Com a passagem dos anos e com a ampliação socioeconômica brasileira e com o surgimento de novas expressões de questão social, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) foi auferindo novas contiguidades diante da coletividade e em volta de sua cômoda experiência e percepção.

A questão social é um conjunto de princípios e obrigações a serem conquistados e perpetrados pelo o indivíduo que simula um ponto de vista crítico da sociedade, isto porque não há concordância de opinião na base fundamental que estabelece a questão

social, e incluímos, que nem todos consideram que permanece uma contradição entre capital e trabalho.

A questão social é uma categoria que conjectura a luta dos operários, da população excluída e subalternizada, na luta pelos seus direitos econômicos, sociais, políticos, culturais e importa ressaltar que a questão social é uma categoria explicativa da totalidade social, da forma como os homens vivenciam a contradição capital versus trabalho.

O entendimento de questão social permanece arraigado na contradição capital versus trabalho, em distintos termos, é uma categoria que tem sua particularidade determinada no domínio do modo capitalista de produção.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. CARVALHO e IAMAMOTO, (1983, p.77).

Esta é a compreensão de questão social mais divulgada âmbito do Serviço Social e, por conseguinte, a questão social é uma categoria que propaga a contradição basilar do modo capitalista de produção.

O resultante desta contradição, esta, estabelecida na produção e apropriação da riqueza originada comunitariamente, onde os operários produzem a riqueza, e os capitalistas se apropriam dela e deste modo o operário não desfruta das riquezas por ele produzidas.

A questão social é ferramenta que revela as desigualdades sociais, políticas, econômicas, culturais, assim como aloca a ação pelos direitos da pluralidade da população, ou, como os indivíduos combatem à subalternização, à exclusão, e à dominação política e econômica.

Apreciando a compreensão de questão social, neste texto, modestamente, discutido, possibilita-nos inquirir se é presumível que ela se estabeleça em objeto do Serviço Social.

A questão social coloca-se na conjuntura da exaustão (pobreza) da classe operária a com a estabilização e ampliação do capitalismo desde o início do século 19, assim como seu conjunto de luta e de importância dos direitos sociais e as políticas

públicas apropriadas, afora do ambiente de aparelhamentos e agitações por cidadania social.

Não contrário a este entendimento, apresentamos a versão de TELES, (1996, p. 85):

“... a questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia; entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação”.

Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas resistem e se opõem.

É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade.

Por isto, decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa à questão social, hoje, é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais, quanto projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida.

O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho.

Neste andamento, averiguou-se um afastamento em massa dos estabelecimentos federais de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e um “colapso” em sua analogia, que foi descaracterizada, já que era coagida a apresentar Ensino Médio como outra instituição de ensino público ou privado.

Nesta mesma ocasião, o então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso de Melo, proclama que não serão mais instalados escolas técnicas federais no país.

Esta proclamação entra em divergência com legislador, que apontou no artigo 205 da Constituição Federal:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (CF/1988).

Alguns anos depois, mediante novo processo de eleição direta, ascende à presidência da República brasileira o operário Luiz Inácio da Silva (Lula), sem curso superior e proveniente do chamado “chão de fábrica” da metalurgia, e no seu governo admite o Decreto 5.154/2004, abolindo o Decreto 2.208/97.

Apesar disso, ainda que tivesse uma reorientação do Ensino Médio com o Ensino profissional, este último não foi mais o mesmo.

Os egressos do sistema, antecedente ao Decreto 2.208/97, e os funcionários dos estabelecimentos federais de ensino profissional ponderaram que, apesar ter ocorrido a reorientação das modalidades de ensino, o resultado final não foi mais o mesmo que o ofertado antes.

Ainda com o comprometimento de toda a comunidade interna e com a organização de novos currículos, a novidade de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) não se equiparou à do passado.

Com todas as alternâncias políticas e econômicas, e com o progresso e globalização da educação, os egressos dos cursos técnicos, sobretudo nas extensões de exatas, ainda são requisitados pelo mercado de trabalho.

A ratificação desta hipótese é o interstício dos estabelecimentos privados de ensino profissional que apostam com tenacidade se equiparar ao ensino oferecido pelo governo federal, sem, porém conseguir seu alvo a extenso limite, segundo narração de determinados funcionários dos recursos humanos das maiores empresas do país.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) brasileira ocorre em combinação com as normativas e legislação referenciada, a partir da Constituição Federal Brasileira⁶ de 1988 e da Lei n. 9.394/96 (LDB), que norteia e produz os processos e responsabilidades em cada plano de administração no país.

A estrutura administrativa atual, esta instituída num padrão hierárquico e burocrático, que gera muitos dissabores e conflitos de interesses em todos os tramites

⁶ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitui...> Acesso em: 21 nov. 2016.

dos processos estruturantes da educação e da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

A LDB, criada para regulamentar e colocar em ordem a educação brasileira é ao mesmo tempo a mais respeitável lei brasileira que se refere à educação. Esta lei foi admitida em dezembro de 1996.

As particularidades da Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelecem que todo cidadão brasileiro tenha o direito ao ingresso gratuito ao Ensino Fundamental (9 anos de estudo); assinala que este direito seja, gradualmente, movido igualmente ao Ensino Médio; cabendo ao Governo Federal: (1) definir a papel dos Estados e Municípios no tocante à gestão da área de educação; (2) situar os comprometimentos das instituições de ensino (escolas, faculdades, universidades, etc); (3) decidir sobre a carga horária mínima para cada grau de ensino; (4) proporcionar diretrizes curriculares básicas; e (5) assinalar papéis e compromissos dos profissionais da educação (professores, diretores e servidores, etc.).

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) brasileira é favorável ao debate sobre as situações em que vivem a juventude brasileira e a propósito das minguadas oportunidades educacional e trabalhista que o Estado lhes proporciona.

Compreende-se que esferas de ampla autoridade e de formação da opinião pública, e a mídia, discutem a reforma do sistema educacional tradicional e profissionalizante e pressionam intensamente o Congresso Nacional e as autoridades signatárias a aprovar o arrefecimento de direitos outorgados na CF/88, como fatos a reforma previdenciária.

Nestes tempos, apresentam-se elevadas a quantidade e múltiplas frações da sociedade que ficam reféns e dependentes da influência Estatal no acolhimento e expectativas de que suas necessidades sejam atendidas, e individualmente, no que se mencionam os naipes de vida no ambiente urbano.

Mais a mais, a profissionalização da educação não é um acontecimento separado da dinâmica social capitalista.

É peça de um procedimento muito mais difícil e agrega uma série de táticas seguidas pelos países principais do capitalismo mundial como forma de superação da densa crise de cumulação principiada a partir dos anos 1970 do século XX e que se arroja até os dias atuais.

Além disso, a investigação assinalou como ponto de partida a opinião de que a crise que afeta a educação no Brasil está conectada ao movimento de reforma do

Estado, praticado pelo governo brasileiro, como objeto da tática globalizada de enfrentamento da crise do capital, apontado como alternativas por organizações⁷ internacionais, tais como: o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional.

Ensino profissional, especialmente os investimentos no ensino técnico configurou-se como suficiente para minimizar a crise e nos anos de 1980 o BIRD adere ao ideário neoliberal nessas reorientações do BIRD, o ensino técnico foi considerado como caro e saídas para a crise estrutural, a ênfase das políticas educacionais são transferidas para o ensino.

Compreende-se que tal análise deve estar situada no âmbito integral da política nacional de educação em curso no país, na medida em que as mudanças que se evidenciam nessa política - guardadas suas especificidades regionais, municipais e locais - apreende-se que não são autônomas, mas estão inseridas na lógica integral de reforma do Estado brasileiro.

Como apresentados na tabela 02.

Tabela 02 - Indicadores da Educação Básica da localidade

ANO	ESTABELECIMENTOS	MATRÍCULAS	DOCENTES	TURMAS
2007	961	637.403	23.379	2.437
2008	1.070	676.955	27.014	4.552
2009	1.089	677.108	26.479	4.975
2010	1.106	679.241	27.388	5.694
2011	1.110	678.627	27.692	6.002
2012	1.108	670.915	27.767	6.389
2013	1.116	662.000	28.443	6.644
2014	1.148	668.542	29.421	7.346

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar/Elaboração própria.

Nas décadas de 1980 e 1990, conforme diferentes estudiosos apontam a Educação Profissional e Tecnológica (EPT); não se enquadrava como uma educação para aqueles desfavorecidos de condições financeiras para enfrentar uma educação privada e eram carentes de um ingresso no mercado de trabalho de maneira mais acelerada e ativa, tornando-se, por isso, uma educação de categoria buscada por estudantes provenientes de todas as camadas sociais e aproveitada não apenas para penetrar mais rápido no mercado de trabalho, preparando o estudante, concedendo-lhe um adequado apoio para o curso superior.

Uma reestruturação que principiou na década de 1990 e que prossegue até os dias atuais e que deve procurar andar por avenidas no sentido de aperfeiçoar a cada dia

⁷ COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL

não apenas os currículos de formação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), em qualquer um de seus níveis, mas igualmente procurar desenvolver cidadãos dispostos para o mercado de trabalho e para a existência.

CAPÍTULO II

FUNDO PÚBLICO E FINANCIAMENTO

Este segundo capítulo destaca a partir das descobertas e estudos do professor-doutor Evilásio Salvador, tanto em sua tese de doutorado como em artigos posteriores, a adequação do fundo público não só no Brasil como nas principais nações, que deve ser analisado por intermédio de uma conjuntura em que o capitalismo procura sobreviver em meio às crises.

Apresenta-se o conceito de orçamento e fundo público e a crise, como característica do capitalismo, numa demonstração dos contrassensos existentes nesta forma de produção.

Registra-se sobre a vinculação de recursos públicos, a competência tributária, com uma explanação de forma mais conceitual dos instrumentos legais para determinar o financiamento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Assim, o fundo público é uma categoria de planejamento governamental em que fazem parte os gastos da administração pública para o período de um ano, em estabilização com a arrecadação das receitas previstas e é o documento onde o governo ajunta todas as receitas coletadas e planeja o que de fato vai ser feito com esses recursos.

Para Salvador (2012), o fundo público no Brasil ganhou proporção restrita, tanto pela ótica do financiamento como dos gastos sociais, muito aquém das já limitadas conquistas da social democracia ocorrida nos países desenvolvidos.

Sugere-se que o fundo público se formata a partir de uma função compulsória – na forma de impostos, contribuições e taxas – da mais-valia socialmente produzida, ou seja, é parte do trabalho excedente que se transformou em lucro, juro ou renda da terra e que é captado pelo Estado para a atuação de múltiplas funções (BEHRING, 2010, p. 20).

E é onde o Governo coloca os recursos designados: aos hospitais, a manutenção das estradas, a construção de escolas, ao pagamento de professores.

É no orçamento onde estão antevistos todos os recursos arrecadados e onde esses recursos serão aplicados.

O fundo público deve assegurar recursos suficientes para o financiamento das políticas sociais. Contudo, não basta à análise de como os recursos é alocados, uma

questão fundamental é como as políticas públicas são financiadas, ou seja, sobre quem recai o financiamento do Estado? (Salvador, 2012).

Como se sabe, em nosso país, as reformas não tiveram êxito uma vez que a estruturação das políticas sociais foi marcada por componentes conservadores, que obstaculizaram avanços mais expressivos nos direitos da cidadania. Conforme Salvador (2010, p. 60):

“O fundo público envolve toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, além do próprio orçamento, as empresas estatais, a política monetária comandada pelo Banco Central para socorrer as instituições financeiras”.

Para Francisco de Oliveira (1998), “o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais”.

Extraí-se de Salvador (2012) que a formação do capitalismo seria impensável sem a utilização de recursos públicos, que, muitas vezes, funcionam como uma “acumulação primitiva”.

Seguindo-se ainda na explanação de citado doutor, entende-se que o sistema capitalista só tem sobrevivido devido ao forte apoio que recebe do Estado, que tem investido a riqueza socialmente produzida de forma crescente.

Nesse sentido, o recurso público está presente na reprodução do capital de diferentes formas, tais como: a realização do investimento capitalista, que tem encontrado várias vantagens para reprodução do capital, como por exemplo, redução de tributos.

Segundo Salvador, o orçamento público é que garante concretude à ação planejada do Estado e espelha as prioridades das políticas públicas que serão priorizadas pelo governo.

O orçamento público é a expressão mais visível do fundo público e os recursos do orçamento público federal são expressos na Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada pelo Congresso Nacional (Brasil, 2012).

Hoje no Brasil um quarto ($\frac{1}{4}$) do orçamento público é comprometido com o pagamento de juros e amortização da dívida pública, ou seja, com a esfera financeira da economia.

O Orçamento Público, em sentido amplo, é um documento legal (aprovado por lei) contendo a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas por um Governo em um determinado exercício, geralmente compreendido por um ano.

É no Orçamento que o cidadão identifica a destinação dos recursos que o governo recolhe sob a forma de impostos. O Orçamento Geral da União (OGU) é o coração da administração pública federal.

O Orçamento Público no Brasil (Orçamento Geral da União) inicia - se com um texto elaborado pelo Poder Executivo e entregue ao Poder Legislativo para discussão, aprovação e conversão em lei. O OGU é constituído de três peças em sua composição: o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais Federais.

Para rebater esta questão, é essencial analisar e observar os seguintes elementos: Ponderar que o orçamento público brasileiro tem caráter autorizativo, e é essencial confrontar o valor antecipado no orçamento e o valor efetivamente executado, o que sugere aceitar como menção a efetivação financeira, ao crédito realmente liquidado; habituar-se ao desenvolvimento da despesa com política social ao longo dos anos, bem como a variante da conduta desta despesa no período analisado, de maneira a identificar as distinções causais da despesa da política social em distintas conjunturas históricas.

No ano de 2009, de acordo com o Instituto de Estudos Sócio econômicos 2010, foram destinados 45% do PIB brasileiro para amortização da dívida pública, ou seja, para o capital financeiro, um montante que poderia ser investido em vários setores públicos, como a educação profissionalizante por exemplo.

Com base nestes cálculos, é possível orientar ações sobre cotas de sacrifício a sociedade. Assim, o orçamento deve ser visto como o espelho da vida política de uma sociedade, à medida que registra e revela, em sua estrutura de gastos e receitas, sobre que classe ou fração de classe recai o maior ou o menor ônus da tributação e as que mais se beneficiam com os seus gastos.

Os recursos financeiros obscureciam o excesso de recursos reais e a descentralização dos recursos, nada adiantaria se persistissem os vícios tais como: a corrupção, cassação de competências delegadas e o aproveitamento dos recursos financeiros necessitavam de diretrizes orçamentárias mais bem elaboradas, e que o orçamento público constituía uma ‘enorme complicação’ até mesmo para os seus elaboradores.

Desta forma, o Congresso Nacional tinha pouca ingerência, ficando a execução a cargo do arbítrio e da improvisação do Poder Executivo, conforme o poder político vigente.

Protestou-se contra a baixa participação relativa da União nas despesas educacionais públicas, incompatível com as desigualdades regionais e, ao mesmo tempo, a falta de esforço integrado e contínuo das três esferas governamentais.

Ponderaram experiências inovadoras, como a transferência direta de verbas às escolas, a municipalização do ensino fundamental e a autonomia financeira das universidades estaduais paulistas.

Nesta carta magna foi estabelecido o dever dos Municípios, dos Estados e do Distrito Federal, em executar os instrumentos legais de financiamento do ensino público.

Dessa maneira, destaca-se, como tema de pesquisa, o processo de financiamento da Educação Profissional e Tecnológica brasileira e tem como objetivos principais: Apreender a estrutura de financiamento da Educação Profissional e Tecnológica brasileira; compreender e destacar a aplicabilidade, a dimensão, o alcance e a importância do processo de financiamento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) brasileira.

Vários estados já mostravam aplicar o piso constitucional, no entanto os problemas com o destino destes recursos eram percebidos, sendo os mesmos aplicados em universidades estaduais, quando na verdade a prioridade seria o ensino fundamental.

Os defensores do setor privado dizem que o mesmo é mais eficiente, ágil, flexível em obedecer às leis de mercado e atender as demandas. Já os defensores do setor público, acusam o particular de corrupção no uso de recursos governamentais, de gerar desigualdades sociais em detrimento da democratização.

Essa dualidade, segundo Anísio Teixeira, resultou num fato dominante na educação brasileira “A expansão e fusão gradual de dois sistemas escolares, primeiro de senhores e escravos e depois de senhores e povo, um ensino voltado para a elite e outro direcionado ao povo” (TEIXEIRA, 1999).

Os fundos públicos, o financiamento e o orçamento da educação revelam quais são as prioridades que o capital induz o Estado a implementar, dado o exposto, sabemos que a educação é um bem público, direito subjetivo individual e direito social e de responsabilidade do Estado em garanti-la a todos os cidadãos e cidadãs.

Segundo Velloso (2001), hoje as pesquisas sobre esta temática transitam basicamente em três perspectivas: primeira é a fonte ou captação de recursos, segundo gastos ou despesas, e a terceira é a equidade. Velloso, (2001).

Vale destacar que as implicações que a meta número 11 do Plano Nacional de Educação (PNE), institui que as matrículas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) Técnica precisam ser triplicadas até o ano de 2024.

Em vigor desde 2014, o PNE estabelece o número de vagas aprovado, que é o que deve ser triplicado.

O indicador, foi avaliado a partir do Censo Escolar de 2015, que exhibe o total de matrículas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), quase perto de 1,79 milhão de matrículas em 2015, o projeto demonstra que teve uma ampliação de pouco mais de 500 mil matrículas de 2010 a 2014, prosseguindo com compasso adequado ao cumprimento da meta em 2024.

Contudo, o indicador aponta uma queda de 55 mil matrículas no período de 2014 para 2015, e o número de matrículas deve chegar a precisamente a 5.224.584 milhões de matrículas, formalizado a partir do PNE.

Este indicador aceita, ainda, uma apreciação das matrículas pelas formas de articulação com o Ensino Médio, que pode ser subsequente, concomitante, integrado ou profissional. Atualmente as matrículas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Vale ressaltar que a queda no total de matrículas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de nível médio foi consequência da retração na rede privada, sendo que na rede pública houve uma expansão de mais de 60 mil matrículas, pois a rede privada teve queda de quase 120 mil matrículas.

Conforme o Observatório do Plano Nacional de Educação (OPNE) que exhibe indicador produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC).

A desagregação⁸ por localidade urbana e rural mostra que praticamente todas as matrículas estavam no meio urbano.

O artigo 212 da Constituição Federal de 1988, é que origina a Base legal ao governo, para a execução do financiamento da educação de modo geral no Brasil, determina os percentuais dos impostos e transferências a ser designada ao custeamento e desenvolvimento do ensino.

⁸ Separação das partes agregadas.

Conforme o documento constitucional, a União distribuirá, anualmente, dezoito por cento (18% - não menos), e os Estados, e o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento (25% - no mínimo), das receitas advindas de impostos, e abrangidas e originárias de transferências, para a manutenção e ampliação da educação.

§ 1º - A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir. (Brasil, 1988, artigo 212).

Segundo prescreve a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, as percentagens mínimas decididas, deveriam ser ultrapassadas de acordo com artigo 69, pelo teor processual prognosticado nas Constituições Estaduais.

Segundo Salvador, o financiamento da política social pode ser estudado por três óticas: pela ótica tributária, análise da gestão financeira dos recursos e identificação das renúncias tributárias.

A política de educação é uma das únicas políticas sociais executadas no orçamento fiscal da União, como recursos vinculados e de gastos obrigatórios, o que vem garantido uma relativa estabilidade nas fontes orçamentárias ao longo dos anos.

O financiamento público da educação no Brasil foi consolidado na CF/1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que atribuíram à União, aos estados, ao DF e aos municípios a responsabilidade pela administração do sistema educacional brasileiro, consagrando a existência de três sistemas de ensino pública, tendo como fundamento o regime de colaboração entre essas instâncias federadas.

A Constituição de 1988 determina a aplicação de no mínimo 18% do que foi arrecadada com os impostos, que seja investida em educação.

A pós-constituição determina que 40% das receitas municipais sejam investidas em saúde (15%) e educação (25%), ou seja, elas são políticas reguladas, já as não reguladas como habitação e saneamento básico precisam contar com a boa vontade do governo para serem inseridas no orçamento dos gastos públicos, não sendo nem uma política universal, nem regulada.

Desta forma, os gastos orçamentários com previdência, assistência social, saúde, educação e trabalho conseguem preservar a sua execução, pois têm a maior parte dos recursos de natureza obrigatória e vinculada (SALVADOR, 2010).

Conforme os estudiosos do tema, como SALVADOR, Evilásio (2010); JESUS, Wellington Ferreira de (2016) e outros, os financiamentos da Educação Profissional e

Tecnológica (EPT) acontecem por meio de um modelo hierárquico e centralizado de administração, conforme a legislação normatizadora destes fundos:

FUNDEB – O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) foram instituídos pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao FUNDEF, que vigorou de 1998 a 2006.

Sua implantação se deu em 1º de janeiro de 2007, por meio da Medida Provisória nº 339, de 28/12/06, convertida na Lei nº 11.494, de 20/06/07, e sua vigência estão estabelecidos para o período de 2007-2020.

O FUNDEB é um fundo de natureza contábil, no âmbito de cada Estado, composto por recursos federais e por recursos originários dos impostos e transferências dos Estados. Considera todas as fases e as modalidades da educação básica.

A legislação concernente ao FUNDEB institui a redistribuição de recursos e, ao definir as responsabilidades entre os Estados e seus Municípios até 2020.

A descentralização financeira – para as Escolas/Municípios, acontecem de acordo com os programas, fundos, planos e projetos abaixo definidos.

O FUNDEB só pretende um percentual (60%) para os profissionais do magistério da educação básica, (docentes, profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência, incluindo-se direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica) não aos demais profissionais da educação.

A União complementa o FUNDEB com recursos quando o valor por aluno não e municipais de ensino, apuradas no Censo Escolar de 2012.

Os créditos nas contas específicas do FUNDEB de cada governo ocorrem na mesma periodicidade em que são creditados os valores das fontes “mães” (ICMS, FPE, FPM, IPIexp, ITRm, LC/87, IPVA e ITCMD) alimentadoras do FUNDEB.

FUNDEF - As exasperações do corporativismo dos que trabalham na educação, prevendo um antecedente dos conselhos do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério).

O FUNDEF privilegiou os professores (segundo a EC 14) ou os profissionais do magistério (segundo a Lei 9.424) em exercício no ensino fundamental, deixando de fora os demais.

FUNDEF – tem como finalidade o remanejamento de recursos e a ampliação da matrícula⁹, foram alcançados, mas a condição do ensino e a diminuição das desigualdades sociais e diversidades educacionais persistem atualizadas.

Em uma lacônica estimativa e complementação federal para o FUNDEF, longe de irrisória e decrescente desde 1998 (previsão de 1% da receita total em 2006), não tem preenchido a requisição para o seu balancete, afixada na Lei 9.424.

O débito do governo federal com essa complementação totalizaria hoje bem mais de R\$ 20 bilhões (considerando-se o período de 1998 a 2006); o Governo não cumpriu a regra de determinação do custo-aluno do Fundo; provocando o recuo do Estado (União) em investir no Ensino Fundamental e triplicar as matrículas da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.

Assim sendo, a maneira como essas pessoas chegam e se introduzem na organização é de extrema importância para que a organização consiga sucesso.

A escola precisa atuar na consolidação entre doutrina e o exercício, como componente formador que a educandário burguês não adéqua aos trabalhadores.

Sendo assim, de acordo com a visão gramsciana, a educação, no âmbito da sociedade política, se faz pela coerção, e, no âmbito da sociedade civil, a educação se faz pela cultura, escolas, famílias, universidades e outros.

Diante disso, Gramsci defende uma escola do trabalho e não uma escola burguesa. Afirma que economia e política estão sempre relacionadas.

A educação, portanto, tem que ter vínculo com a prática, se fazer a partir da ação e da compreensão mais abrangente do mundo dentro de um processo histórico.

O processo de aplicabilidade dos recursos econômicos do Financiamento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) envolve as organizações (pública e privada) como um todo, desde a abertura de vagas de emprego até o processo de desligamento de um profissional/estudante, podendo atingir novos profissionais e estudantes que participarão do processo formativo, por exemplo: antigos profissionais e estudantes que almejam uma promoção com a integração de novos profissionais e ou estudantes.

⁹ Apesar do aumento de matrículas na Educação Profissional registrado nos últimos anos, escola e mundo do trabalho carecem de sintonia. As rápidas transformações proporcionadas pelas novas tecnologias e os novos perfis profissionais, que valorizam muito mais a criatividade e a capacidade de relacionar conhecimentos de forma interdisciplinar, na busca pela resolução de problemas, ainda são características pouco valorizadas nos cursos de formação profissional. Além disso, a amarra das disciplinas obrigatórias sobrecarrega o Ensino Médio profissionalizante, pois o aluno é obrigado a cumprir não apenas as disciplinas relacionadas ao curso como também toda a carga do Ensino Médio regular. (<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/11-educacao-profissional>).

Quando uma instituição possui seu processo de adestramento e administração bem estruturado, surgem algumas vantagens: aumento da produtividade e da qualidade; baixos investimentos e de esforços em treinamento - pela acentuada facilidade do trabalhador em aprender as tarefas do cargo; rapidez no ajustamento e integração do novo empregado às novas funções e à cultura da instituição; melhoria gradativa do potencial humano, mediante escolha sistemática dos melhores profissionais e talentos; e melhoria do nível das relações humanas.

O resultado da convergência de influências de corpos teóricos originários principalmente da ciência política, da sociologia e da economia, que buscam incorporar em suas proposições a ideia de instituições e de padrões de comportamento, de normas e de valores, de crenças e de pressupostos, nos quais se encontram imersos indivíduos, grupos e organizações. (SILVA; GONÇALVES, 1999, p. 220).

A formação profissional de pessoas funciona como uma condição de seleção que possibilita que apenas determinadas indivíduos possam ingressar na carreira profissional: aquelas que exibem atributos desejados pelo mercado de trabalho, ou seja, é incorporar as obrigações do cargo e da instituição com as necessidades e satisfação do profissional.

Com a função mediadora e instrumental das ciências sociais, que tratam dos aspectos sólidos que são abordados neste estudo, e que possibilita fornecer informações para se alcançar o pretendido nesta discussão, o financiamento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Com apoio nos objetivos específicos, este estudo se orientou para o levantamento de dados e informações necessárias para chegar ao seu alvo, partindo das seguintes premissas: Apreender a estrutura de financiamento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) brasileira; Compreender e destacar a aplicabilidade, a dimensão, o alcance e a importância do processo de financiamento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) brasileira e comparar os resultados obtidos no período de 2002 a 2016, com a atual gestão do governo federal brasileiro.

Compete, assim, destacar que a constituição de uma política de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) demanda a superação de desafios históricos e nessa expectativa, é preciso estabelecer uma cultura de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) que não esteja desatualizada na maior parte dos estabelecimentos escolares.

Segundo Azanha (1993, p. 71) esta desatualização provocou “descaso nessa área e, embora tenha havido algumas iniciativas interessantes, como a criação de algumas escolas, elas acabaram perecendo”.

E necessário que a legislação para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) esteja refletida a partir do ponto de vista de uma educação que acolha os interesses dos trabalhadores, inclua a formação humana como referência e leve em importâncias especialmente políticas efetivas.

Estas políticas buscam abonar as fontes de financiamento duráveis e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da Educação; ressaltar as políticas de cooperação entre os entes federados, em especial as decorrentes do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1º do artigo 75 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que discutem a aptidão de acolhimento e da diligência fiscal de cada ente federado, com vistas a consentir as demandas educacionais ao fulgor do modelo do atributo nacional.

CAPÍTULO III

FINANCIAMENTO EDUCACIONAL PÚBLICO

Neste terceiro capítulo, procura-se apresentar a Educação Profissional como estratégia de desenvolvimento e de inclusão social e pauta a questão do financiamento como um dos seus eixos centrais, de maneira que a política de educação profissional deveria ter um sistema de financiamento organizado, para atender as expectativas que lhes são atribuídas pela população.

Em verdade, o investimento público seria justificado pelos resultados produzidos pelas escolas e seus efeitos na vida dos alunos, familiares, mundo do trabalho e sociedade em geral, refletindo no desenvolvimento dessa mesma sociedade.

No entanto, historicamente, as atuações de governo são inacabadas e desarticuladas no país. Adotou-se como modelo educacional, que a educação ficaria a cargo de cada Estado, e a estes, a responsabilidade de instituir escolas e os graus dos cursos, sem observar uma diretriz nacional obrigatória.

Conforme Saviani (1997), na administração de Getúlio Vargas leis governamentais envolviam os âmbitos de influência do arrolamento de trabalho, de educação, entre outras. Foi designado, então, o houve a apreensão com a conformidade entre os membros e setores que integrariam este sistema.

Imediatamente apareceu a contenda sobre a obrigação de se instituir um sistema de educacional que constituísse como padrão oficial e enunciasse os processos funcionais e jurídicos para a educação no Brasil.

Segundo Cunha, (2000) O ensino superior permaneceu com a mesma estrutura de 1931.

Cada “lei orgânica” referia-se a articulação dos ramos em ensino em questão com o superior. Até então, não havia a possibilidade de os concluintes de cursos não secundários se candidatarem aos exames vestibulares. Depois dessas leis, os egressos de cursos médios profissionais passaram a ter acesso muito restrito ao ensino superior, podendo candidatar-se apenas aos cursos relacionados aos que haviam feito. Os concluintes do 2º Ciclo não tinham restrições de candidatura. (CUNHA, 2000, p.41).

Prepararam-se, em 1942, os regulamentos educacionais, fixado pelo governo do Estado Novo e, em 1946, o aparecimento das palavras diretrizes e bases integradas à demanda da educação nacional, que produziu o rascunho, posteriormente, da nossa primeira LDB (Lei 4.024 de 1961).

Para organizar a educação no Brasil, existiu a indicação do MEC para se realizar no exercício acadêmico, a integração do financiamento por meio do FUNDEB, para posteriormente favorecer o resgate da educação profissional e tecnológica de grau médio nos Estados e é neste ponto de vista que nos analisaremos o projeto de financiamento da educação profissional e tecnológica e tecnológica brasileira.

Por outro lado, o ingresso na educação profissional e tecnológica para os alunos e trabalhadores dentro da idade e séries é aceitável aos alunos registrados ou egressos do Ensino Fundamental, Médio e Superior, igualmente, como aos trabalhadores em geral.

Além disso, a legislação vigente no Brasil distribui a educação profissional e tecnológica em três níveis: Básico, Técnico e Tecnológico. As escolas estão agregadas e pertencentes às Secretarias de Estado de Educação, com o propósito de unificar a organização de Escolas de Educação Tecnológica estadual, tendo como incumbência também incentivar a Educação profissional e tecnológica de qualidade, praticar as competências do ensino, da pesquisa e da extensão, acolher a demanda da sociedade em áreas de Planejamento estratégico para o desenvolvimento sustentável.

Vale observar que o Programa tem concepção de ampliação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica. Na área de infraestrutura educacional, formaram-se convênios para construção, ampliação e reformas de escolas no Brasil.

Na prática, nota-se que a educação profissional e tecnológica pode ser proporcionada pelas escolas técnicas federais, estaduais, municipais e privadas; nestas últimas, estão abrangidas as organizações do chamado Sistema “S” (SESC, SENAI) e instituições empresariais, sindicais, comunitárias e filantrópicas espalhado por todo o país.

A competência tributária é a capacidade outorgada pela Constituição Federal aos entes federativos, para criarem, instituírem e majorarem tributos, e não se enleia com a competência para legislar sobre direito tributário, que é a capacidade outorgada constitucionalmente para criar leis que tratem sobre os tributos já criados – sobre as relações jurídicas tributárias. Exemplo do exercício da autoridade para estabelecer sobre direito tributário (CTN).

A competência para legislar sobre matérias gerais referentes à Direito Tributário - é da União - que tem o dever de fazer por meio de Lei Complementar (o CTN é uma lei ordinária, que foi recepcionado pela CF de 1967 com *status* de Lei Complementar e novamente recepcionada com o mesmo *status* pela CF/88).

A competência para legislar sobre direito tributário é de todos os entes federativos – art. 24, I e art. 30 da CF/88 (competência concorrente) -, pertencendo à União legislar sobre normas gerais e aos Estados, DF e Municípios legislar sobre normas específicas, atuando de forma suplementar ao que lhes for pertinente.

Se a União não tratar da matéria geral, a competência dos Estados, DF e Municípios passa a ser supletiva (deixa de ser suplementar) – ex: IPVA – não existe uma lei federal a esse respeito, apresentando, cada Estado, sua lei específica. Aparecendo lei federal sobre a norma geral, a vigência da norma estadual fica suspensa (não ocorre a revogação, mas mera suspensão, tendo em vista a inexistência de hierarquia entre os entes federativos).

Quem cria o Tributo não é a Constituição, pois, esta, apenas concede a capacidade para os entes federativos criarem – repartição da competência tributária.

Segue a título e exemplo um quadro 06 de Repasse de impostos da União para os Municípios:

A competência tributária é dos entes federativos e é uma verdadeira faculdade – cada ente decide sobre a criação ou não do tributo, com base em uma prudência de oportunidade e conveniência política e econômica. Características da competência tributária (criação, instituição e majoração de tributos):

A criação dos tributos se faz por meio de lei ordinária, em regra. Contudo, existem quatro tributos que só podem ser criados por meio de lei complementar (CEGI): Contribuições Sociais Residuais (art. 195, § 4º da CF/88), Empréstimos Compulsórios (art. 148 da CF/88), IGF (art. 153, VII da CF/88) e Imposto Residual (art. 154, I da CF/88).

De acordo com o art. 62, § 2º da CF/88, é possível a criação de imposto por meio de Medida Provisória, desde que respeite dois requisitos: deve poder ser instituído por meio de lei ordinária (é vedada a criação por MP de matéria reservada a lei complementar) e deve ser convertida em lei até o final do exercício financeiro em que ela for editada.

Quanto ao último requisito da MP, existem cinco impostos que não precisam obedecê-lo: Imposto Extraordinário Guerra, II, IE, IOF e IPI. Os quatro primeiros têm cobrança imediata; o IPI tem que aguardar 90 dias (princípio da anterioridade nonagesimal).

A criação de tributos deve respeitar limites genéricos (o ente federativo deve observar toda a Constituição Federal) e específicos (art. 145, § 1º, art. 150, art. 151 e art. 152 da CF/88 – princípios de direito tributário e imunidades tributárias).

A competência dos tributos vinculados pertence ao ente que efetivamente exerce a atividade com base na qual o fato gerador é definido, enquanto a competência dos tributos não vinculados é especificada pela CF/88. Diz-se que a primeira é competência comum, enquanto a segunda é competência privativa.

A competência residual para criar impostos é da União, enquanto a competência residual para criar taxas e contribuições de melhoria é dos Estados-membros.

CAPÍTULO IV

PLANO PLURIANUAL E ORÇAMENTO FEDERAL

Este quarto capítulo procura ponderar de forma breve as informações sobre o Plano Plurianual e orçamento federal e seu contexto na Educação Profissional e Tecnológica Brasileira no período de 2012 a 2015.

Plano Plurianual – PPA Segundo Andrade (2007) é um plano de trabalho elaborado pelo Executivo para ser executado no período correspondente a um mandato político, a ser contado a partir do exercício financeiro seguinte à sua posse.

Deve ser formalizado pelo Executivo e aprovado pelo legislativo na forma de uma lei; Segundo a CF/88, a lei que instituir o plano plurianual - PPA estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Ao analisar o Plano Plurianual - PPA compreende-se que é uma ferramenta usada pela gerência pública, que estabelece formalmente:

As diretrizes - que são os limites determinantes que o esquematizam;

Os objetivos - são apresentados em cada programa do PPA; e

As metas - que são parcelas de resultados, é o que se espera obter no período de validade do Plano e dos programas.

Tendo como objetivo orientar a gerência Pública, no bom emprego dos recursos públicos e privados, e quando for o caso dos últimos, nas ocorrências de parcerias.

É importante mencionar que o período de vigência do PPA é de 04 anos, devendo o executivo enviar Projeto de Lei do Plano Plurianual, formulado no primeiro ano de mandato do governo eleito e enviado ao legislativo respectivo (Federal, Estadual e Municipal) do mesmo ano, para apreciação dos entes públicos e privados.

O advento e implantação do Projeto de Lei do Plano Plurianual, instituído na Constituição da República de 1988 foi um marco importante para as administrações públicas, sendo implementadas gradualmente no país. Observa-se que o orçamento e o planejamento públicos avançaram no contexto de caráter propositivo nos processos e na condução dessa gerência Pública.

O processo de elaboração do PPA envolve os seguintes objetivos e atividades: Obter impressões da sociedade sobre a implementação e o alcance de determinados

objetivos, metas e iniciativas; Promover o aperfeiçoamento das políticas públicas; apresentar sugestões de aperfeiçoamento para o PPA 2016-2019; definir subsídios para decisões sobre a alocação de recursos; e contribuir para a transparência das ações do Governo.

O PPA é o documento que traz as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública, incluindo uma série de programas temáticos, onde são colocadas as metas (expressas em números) para os próximos anos.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO é elaborada anualmente e tem como objetivo apontar as prioridades do governo para o próximo ano. Pode - se dizer que a LDO serve como um ajuste anual das metas colocadas pelo PPA.

Enquanto o PPA trata acerca das diretrizes de governo, a LDO versará acerca das diretrizes do orçamento. Isso significa que o PPA tem uma abrangência maior que a LDO e é um documento de estratégia governamental, pode - se dizer que a LDO delimita o que é, e o que não é possível realizar no ano seguinte.

Conforme art. 165, §2º da CF/88: 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento e é instrumento constitucional de planejamento operacional.

Existem princípios básicos que devem ser seguidos para elaboração e controle dos Orçamentos Públicos, que estão definidos no caso brasileiro na Constituição, na Lei 4.320/64, no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na recente Lei de Responsabilidade Fiscal¹⁰ (LRF) que determina outros requisitos para a LDO em seu art. 4º.

Lei Orçamentária Anual – LOA – encontra-se na LOA a estimativa da receita e a fixação das despesas do governo e Se bem elaborada, a LOA estará em harmonia com os grandes objetivos e metas estabelecidos pelo PPA. No caso da União, a LOA também deve ser enviada ao Congresso até o dia 31 de agosto de cada ano.

Lei Orçamentária Anual – LOA Segundo Andrade (2007), a Lei Orçamentária Anual (LOA), é uma lei especial que contém a discriminação da receita e da despesa

¹⁰ A Lei Complementar 101/2000 (LC 101)

pública, de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo, obedecida os princípios da unidade, universalidade e anualidade.

Busca sintonizar a Lei Orçamentária Anual - LOA com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidas no Plano Plurianual.

Lei Orçamentária Anual - É elaborada anualmente pelo poder Executivo em atendimento à Constituição Federal e a Lei Federal 4.320 /64, que estabelece as normas gerais para elaboração, execução e controle orçamentário.

A regulamentação do PPA prevista no art. 165 da Constituição foi inicialmente contemplada no artigo 3º da Lei Complementar 101/2000 ou simplesmente Lei de Responsabilidade Fiscal.

Este é um dos papéis que cabe à LDO – estabelecer as prioridades para o ano subsequente. Destacar no PPA o que será executado no próximo ano. A não apresentação acarreta, além de outras penalidades, a aplicação de multa ao agente responsável, na forma do art. 5º, inciso II, § 1º da Lei 10028/2000. Não se deve confundir a LOA (Lei Orçamentária Anual) com a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social).

A LOA deve ser apresentada em todos os entes da federação para que seja possível a execução de receitas e despesas pelos entes públicos.

Assim, a LOA deve se compatibilizar, isto é, guardar perfeita harmonia com o PPA e a LDO. Mas daí surge outra indagação: Por que a LOA faz previsão de receitas e fixação das despesas? A iniciativa da LOA é do Executivo, que deve enviá-la ao Legislativo até o dia 31 de Agosto de cada ano.

O objetivo 0588 do PPA 2012-2015 descreve o oferecimento de vagas da EPT para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.

O Código 0588 do Ministério da Educação executor do Programa de Educação Profissional e Tecnológica sob o Código 2031 – chamado de Programa 2031 - Descreve como Meta Unidade Sequencial: a) Prevista; b) Realizada; c) Realizada; em conformidade com a Lei 12.593/2012, que aprovou o PPA 2012-2015, não foi definido metas quantitativas para este Sequencial.

A descrição da Meta Unidade Sequencial e descrição da Meta Unidade medida: a) Prevista; b) Realizada; c) Realizada; em conformidade com a Lei 12.593/2012, que aprovou o PPA 2012 - 2015, não foram definidas metas quantitativas.

A Descrição da Meta: Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação; Elevar o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma articulada à educação profissional, em consonância com o PNE 2011-2020.

A análise situacional de cada meta consta do Relatório de Gestão da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC - Exercício 2013.

Comentário sobre a Meta 1 do Objetivo 0582:

“Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020”.

A evolução do investimento público total em educação em relação ao PIB de 4,7 % em 2000 para 6,4 % do PIB em 2012 resultou basicamente de alterações na forma de financiamento da educação negociadas entre o Poder Executivo; o Legislativo e a sociedade; principalmente pela introdução do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) a partir de 2007 e pela eliminação progressiva da Desvinculação das Receitas da União (DRU); para a educação para o atendimento das diretrizes educacionais foram propostas metas para o período de vigência do PNE prescreve 10% do PIB para o décimo ano, o que exigirá um esforço maior de todos os entes federados.

Com as jazidas da área do Pré - sal, as receitas dos royalties e da participação especial pela sua exploração a Lei nº 12.858 /2013; reserva para a educação Distrito Federal e municípios provenientes dos royalties e da participação especial sobre a exploração a Lei também destina a aplicação de 50% dos recursos recebidos pelo Fundo Social da União até que sejam cumpridas as metas estabelecidas no PNE.

Destinados para a educação e saúde sejam aplicados em acréscimo ao mínimo obrigatório previsto no Fundo que financia toda a educação básica brasileira e foi criado como mecanismo de redistribuição de recursos visando à equidade, à redução de desigualdades, à valorização do magistério.

A receita dos estados e municípios chegou a R \$ 107,4 bilhões, sendo que a complementação da União foi de R\$ 10,2 bilhões, totalizando um montante para os Estados e Municípios que são responsáveis por 79% dos recursos públicos para a educação, enquanto os gastos da União respondem por 21%.

Ressalta-se que mais da metade dos recursos da União é transferida para os demais entes federados com o propósito de garantir a equalização de oportunidades educacionais.

A apreciação que se faz das despesas orçamentárias que procura objetar a consequente demanda: Quais são a importância, o direcionamento e o crédito da despesa social gasta com a educação?

As importâncias liberados no orçamento cogitam as modificações acontecidas na quantia de verbas de recursos colocados na LOA para função do exercício.

A checagem entre o liberado e o liquidado das funções orçamentárias desponta a cadência da vontade de realização da LOA, confirmada, recomenda a priorização de despesas governamentais e qual é o evento, a preferência das despesas sociais a diferentes despesas no orçamento público.

Segundo Manual Técnico do Orçamento (MTO), edição 2014, na análise do progresso das despesas orçamentárias e das origens de financiamento é respeitável o deflacionamento dos valores, isto é, as despesas necessitam ser atualizada por um deflator que medite de maneiras ajustadas a inflação do período em estudo, abolindo igualmente os resultados da variação de preços e da desvalorização da moeda.

Este aspecto permite entender a importância da despesa social na agenda estatal e examinar se os recursos são ajustados ou não com as necessidades sociais (FAGNANI, 1998), segundo sugestão dos fatores a seguir:

a) Identificar ao longo dos anos a performance da despesa per capita com a política social;

b) Conferir a despesa de uma política social exclusiva ou do conjunto da despesa social ao montante do PIB, da arrecadação tributária, da Desvinculação de Recursos da União (DRU), do pagamento com juros da dívida pública, do orçamento da seguridade social, do orçamento geral do ente federado, do superávit primário, entre outros.

Na extensão da despesa social, é presumível, tecer checagens das despesas em esfera nacional em comparação com outros países, o que permite esquematizar determinadas disposições do amparo social no Brasil em analogia aos distintos modelos de proteção social na conjuntura mundial.

O total repassado em um determinado mês, portanto, resulta da soma de todos os créditos realizados no decorrer daquele mês. A periodicidade dos créditos varia, em função da origem dos recursos que compõem o Fundo, ocorrendo da seguinte forma:

Os princípios orçamentários são conteúdos a serem lembrados na elaboração da proposta orçamentária: Unidade; Totalidade; Universalidade; Anualidade ou Periodicidade; Exclusividade; Especificação, Especialização ou Discriminação; Não Vinculação ou Não Afetação das Receitas e Orçamento Bruto.

Busca-se mostrar a correspondência que se concretizava no exercício educacional, como uma maneira estritamente protocolar; e os arranjos dos especialistas nas disciplinas.

Geralmente, os alunos correntes eram mais inermes (fracos) do que os alunos egressos do ensino secundário; o que conseguia com que aqueles permanecessem inclusos na formação profissionalizante, fato é que a lei somente proclamava aquilo que na prática já ocorria.

O aparelhamento da educação antes de 1961, já não abrigava as transformações da sociedade brasileira, os domínios médios urbanos e não granjeavam passivamente o alijamento e a afinidade dessas esferas à sociedade de dispêndio, mas a expansão para o desenvolvimento adentrava na Educação Profissional.

A ampliação do Ensino Técnico a partir de 1970 tinha como modelo: a produção em série, movimentos calculados, planejamento separado da produção (ANTUNES, 1995, p.17), o fordismo/taylorismo ajustou-se naturalmente ao formato dual da educação.

Até meados da década de 1970 a educação profissional limitava-se ao treinamento de mão de obra para indústria.

Com o desenvolvimento econômico no pós 2ª Guerra e com a fatura do governo militar brasileiro que reformulou a educação buscando reprimir a pressão pelo ingresso a educação fruto da lei 5692/71 que ampliou a profissionalização do ensino médio.

O Parecer 76/75, solicitado pelo MEC ao Conselho Federal de Educação para dirimir dúvidas quanto ao bom emprego da profissionalização do ensino médio, exhibe que a Lei profissionalizante seria do ensino e não da escola.

Segundo o Parecer 76/75 (KUENZER, 2000 p. 24) existe uma distinção entre os conceitos de educação profissionalizante e formação profissionalizante.

Enquanto a educação profissionalizante diz respeito ao conjunto de ações pedagógicas e de trabalho, e do treinamento profissional; levando a aquisição de técnicas específicas para a realização de um trabalho definido, o conceito de formação profissionalizante seria a habilitação deixa de ser entendida como arranjo para o

exercício de uma ocupação para passar a ser considerada como o arranjo e com a distinção entre os conceitos; educação profissionalizante e formação profissionalizante, o Conselho Federal de Educação através do Parecer 76/75, autorizou o praticamente tudo como era antes da Lei 5692/71.

O Ensino Técnico e as reformas educacionais dos anos noventa e o avanço do capital é retirar-se de esferas em que os mercados pudessem explorar e gerar novos nichos.

O mercado e não mais o Estado assumiria a vanguarda do crescimento no Brasil a batalha política em torno da aprovação de uma nova lei de diretrizes para a educação, infelizmente esferas ligados aos movimentos sociais insistiram em privilegiar as leis, decretos e diretrizes não solucionarão os problemas da educação nos marcos do capital.

É interessante observar não apenas os artigos sobre educação profissional da LDB, mas também a Seção IV do 2º capítulo que trata sobre o ensino médio.

No primeiro item da Seção IV o ensino médio é considerado como etapa de consolidação dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental “possibilitando o prosseguimento de estudos” (BRASIL, Lei 9394/96, capítulo II Seção IV item I), assegurando as características propedêuticas do ensino médio.

O item II da Seção IV do capítulo II explicita melhor a adaptação da legislação a função do ensino médio de preparar para o trabalho está atrelada a não mais preparar para o momento conjuntural da aprovação da LDB onde se acreditava está vivendo o início de uma reforma educacional nos anos de 1990, especialmente a do ensino técnico, a formação do trabalhador hoje.

A CF/1988 abrange entre os direitos sociais a educação e o trabalho e é por meio da EPT que se tornam manifestos os vínculos entre uma educação profissional e tecnológica de qualidade, voltada para a pesquisa e para o fundamental desenvolvimento econômico e social do país.

As rápidas mudanças na base científica e tecnológica e nos processos produtivos exigem a integração com o mundo do trabalho, a educação profissional e tecnológica deve neste contexto, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos profissionalizante.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), foi criado com o objetivo de contemplar as seguintes iniciativas: Expansão da Rede Federal, Bolsa - Formação, Programa Brasil Profissionalizado, Rede e - Tec e Acordo de Gratuidade com Serviços Nacionais de Aprendizagem – Sistema “S”.

Em 2013 o Programa alcançou 5,5 milhões de brasileiros acolhidos em cursos técnicos e de formação inicial e com relação à iniciativa de Expansão da Rede Federal, destaca-se o Plano de Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A oferta de educação profissional no Brasil acontece de duas formas: A Bolsa – Formação, que oferece vagas gratuitas de educação profissional e tecnológica em duas modalidades - Inicial e Continuada (FIC) ou qualificação profissional, e a Bolsa - Formação Estudante, por meio da qual são ofertados cursos técnicos para quem concluiu o Ensino Médio e para estudantes matriculados no Ensino Médio.

A Rede e-Tec Brasil, outra iniciativa do Pronatec, promove a oferta de educação profissional e Podem oferecer cursos a distância as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; as unidades de ensino dos serviços nacionais de aprendizagem; e as instituições de educação profissional vinculadas aos sistemas estaduais de oferta de vagas gratuitas em cursos de educação profissional para jovens de baixa renda.

São oferecidos cursos de Eletromecânica, Eletrotécnica, Biocombustíveis, Petróleo e Gás, ainda são ofertadas vagas gratuitas em cursos de educação profissional e tecnológica por meio do Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec).

As políticas sociais públicas sofrem os choques das escolhas neodesenvolvimentistas ao colapso discutido por distintos projetos de classe: os setores influentes, representados pelo Sistema “S” e pelo agronegócio, os movimentos sociais como o MST apresentam projetos de educação tecnológica.

Essa frente, aparelhada pelo PT chega ao poder em 2003 anunciando desenvolvimento econômico, comandado pelo governo de Lula da Silva (PT).

Propõe como política que neste processo é preciso desmistificar a ideologia do neodesenvolvimentismo, sendo orientado por uma fração da burguesia brasileira que submergiu ao modelo neodesenvolvimentista.

A ampla burguesia interna, curadora da frente neodesenvolvimentista lidera diversos setores da economia (mineração, construção e outros), Lula da Silva e Dilma Rousseff favoreceram em grande medida este agronegócio, a mineração e outros setores agregados à exportação.

A participação das frações da classe trabalhadora tendo na frente o partido dos Trabalhadores (PT), visto que esta frente fornece a esses setores - alguns da América Latina – benefícios peculiares. Numerosos setores das classes trabalhadoras de forma organizada, e representada pelo MST e por outras organizações, reivindicam assistência técnica.

Na extremidade da frente neodesenvolvimentista estão os trabalhadores e as classes e frações que agregam e não estão, basicamente, a direita do PT e se mobilizam em direção uma base resistente; por meio da criação do Partido Social Democrático (PSD), que fora apresentado pelo prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (DEM - SP), e como um Frente Liberal (PFL) e do Partido Democratas (DEM) e uma das principais ativista; a senadora Kátia Abreu (DEM - TO), a mais expressiva liderança do agronegócio “tradicional” e ex - presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Estes jovens têm diante dos olhos dois projetos antagônicos de educação do campo: 1 - Gerenciado pelo agronegócio e, 2 - Aquele pensado a partir da Pedagogia do Movimento Social, que é desmistificar o projeto de educação do agronegócio.

Aposta por meio da Pedagogia do Movimento suprimir a escola do agronegócio pela interposição que não oportuniza a experiência das relações sociais.

As sinopses produzidas por Marx e Engels sobre a educação no Manifesto do Partido Comunista (1848), esta também no Discurso Inaugural do Círculo.

Segundo Caldart (2005), a práxis pedagógica está na pauta de movimento Internacional dos Trabalhadores (AIT), escrito por Marx no ano de 1864, e nos registros de Marx sobre a Comuna de Paris (1871) e, sobretudo divulgado, que nunca deve admitir o Estado como educador do povo.

O projeto de educação pública dos trabalhadores não deverá acolher que o Estado seja curador do processo formativo das suas escolas, reconhecendo somente a pedagogia do movimento socialista.

O Programa Brasil Profissionalizado promove o fortalecimento das redes estaduais, e o MEC tem investido recursos na aquisição de equipamentos e instalação de unidades da rede de educação profissional e tecnológica.

Por meio deste resgate, apareceu o estímulo e o começo do ensino médio com embasamento científico fortalecido, pela entrada na época de listas de cursos técnicos unido com a inovação da lei de estágios para todos os alunos do ensino médio, e com profissionalização, sobretudo para os jovens, por meio do Proeja e do ensino técnico à

distância pelo E-tec Brasil. Essa foi a questão decisiva para aparecimento e modificação e implantação do Programa Brasil Profissionalizado.

A propósito, não se almeja expor que não tenha existido oposição por parte de determinadas administrações públicas. Por exemplo, em 1994, o governo federal ratificou a Lei 8.948/94, que proibia a administrador público implantar o Programa Brasil Profissionalizado no seu Estado ou Município, a não ser que já existisse parceria com o Estado, Município ou iniciativa privada. No entanto, durante o governo Lula, houve alteração da citada lei pela Lei 11.195/2005, consentindo na instalação de 214 institutos técnicos; com isso, o aparecimento de conflito de interesses entre os Estados e a iniciativas privada levaram ao encerramento das atividades das velhas e eficientes escolas técnicas.

Assim, com instalação e implementação do Programa Brasil Profissionalizado, instituído por intermédio do DECRETO nº 6.302 de 12 de dezembro de 2007, buscou-se ampliar o acolhimento e reformar a condição da educação brasileira, propiciando a articulação entre escola e as disposições produtivas locais e regionais, promovendo a oferta de cursos técnicos de nível médio, entre outros.

Nesta linha, o funcionamento do Programa Brasil Profissionalizado engloba o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, podendo estes apresentar projetos elaborados para a solicitação de contratos - que tenham sido concordados convencionalmente.

Esses contratos serão aferidos pelo MEC (Ministério da Educação), e o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), que farão estes entes obedecerem aos processos e critérios para a submissão de propostas e projetos, igualmente, seguirá a efetivação físico-financeira dos pactos, caso sejam confirmados, fiscalizará, supervisionará, monitorará e aferirá o Programa¹¹ Brasil Profissionalizado.

Apesar de antevista no Decreto nº 5.154, enunciada em 23 de Julho de 2004, a possibilidade de conexão curricular entre o Ensino Médio e a Educação Profissional começa a se estabilizar, tanto como política pública quanto a partir de experimentos estabelecidos na realidade das escolas, a partir do ano de 2007.

¹¹ Trazemos como exemplo: determinadas instituições de instrução volvidas para a profissionalização nos Estados e Municípios, oferecendo cursos nas modalidades: Técnico Integrado ao Ensino Médio (alunos concluintes do Ensino Fundamental) - Subsequente, (alunos concluintes do Ensino Médio) e PROEJA - Programa de Educação profissional e tecnológica Integrado ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, com formação distinta, estabilizando o campo de desempenho profissional com os setores trabalhista.

O mencionado decreto concebeu enorme melhoria em relação às formas aligeiradas e mercadológicas segundo as quais a Educação Profissional Técnica de Nível Médio vinha sendo aparelhada no Brasil, sobretudo como decorrência da incoerência, prevista em lei, de articular de maneira integrada os conteúdos propedêuticos do Ensino Médio e a formação técnica - profissional.

E tratar essa consolidação como um ato de resistência, evidenciando as ameaças à conexão curricular presentes na contrarreforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415 /2017).

O programa previa o estímulo da oferta do Ensino Médio Integrado nos estados e municípios, com recursos do governo federal para infraestrutura e modernização de escolas, formação docente e fomento da oferta de EPT nas redes públicas de educação básica.

O programa ainda enfatiza a “educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais”, dando o pontapé necessário à elaboração pedagógica e curricular que deveria conformar a política de Ensino Médio Integrado nas escolas.

Foi, entretanto, no Documento Base da EPT integrada ao Ensino Médio que os princípios e diretrizes do Ensino Médio Integrado foram explicitados.

Como ideia geral, o documento assenta as bases pedagógicas do Ensino Médio Integrado na perspectiva da formação humana integral.

O documento Orientador da EPT integrada ao Ensino Médio é, como se pode perceber, um marco histórico da Educação Profissional brasileira.

Como resultados gerais, ainda que com inúmeras dificuldades, tanto de implementação na materialidade das escolas, quanto de efetivação dos princípios da conexão e formação integral, o Ensino Médio Integrado representou um avanço muito importante na política educacional brasileira.

Desde 2007, o número de matrículas no Ensino Médio Integrado quase quadruplicou, num crescimento superior ao das outras modalidades (subsequente e concomitante).

Por fim, é fundamental que a defesa do Ensino Médio Integrado não seja feita de maneira descolada da realidade política mais geral.

Nesse sentido, convidamos ao debate e à reflexão os atores que vivenciam diariamente o Ensino Médio e a Educação Profissional, encontrando saídas coesas para um período que exige muita resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, precisa-se compreender que a educação e a formação não representa colocação no mercado de trabalho; mas poderá, entretanto, avaliar a possibilidade do trabalhador se adequar ao mercado de trabalho, mas não é segurança total.

Dessa maneira, enfrenta-se a disputa a ser vencido uma vez, o desemprego como demanda é uma questão social, e as políticas sociais econômicas devem ir mais adiante que a formação profissional.

A política social do trabalho no Brasil depende das aplicações financeiras e, portanto, de elevadas taxas de juros, que é fruto da política monetária que impede o crescimento e a geração de empregos no país.

A educação profissional requer uma nova gestão visando uma oferta maior do setor público em detrimento do privado.

A proposta do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Profissional em tramitação¹² no Congresso Nacional deve prosseguir, pois é uma alternativa para dispor recursos reais fixos a formação profissional pública.

A Constituição de 1988 significou avanços de direitos, de cidadania, tais como o tripé da seguridade social: saúde, previdência e assistência social, porém a falta do cumprimento da lei.

A Formação e a educação são garantias sociais previstas na Constituição Federal e se é um dos desígnios deste programa a inclusão da juventude no mercado de trabalho, como esclarecer a abundância de jovens no mercado informal, desempregados e convivendo à margem da sociedade, mesmo tendo uma especialização, qualificação ou algum curso de formação profissional que o preparou para tal finalidade?

Diante disso, é aceitável e indispensável que exista uma política de treinamento unificado às políticas públicas que permitam assegurar a ampliação socioeconômica do

¹² Tramita no Senado Federal a PEC 24, iniciativa do Senador Paulo Paim (PT-RS), dispondo sobre a criação de um Fundo de Financiamento para a Educação Profissional.

país e que possibilite que grande parte da população vulnerável alcance uma vaga de trabalho e, preferencialmente, agregue isso a outras políticas públicas e sociais.

Quando o assunto é financiamento da educação - como esclarece a carta de Brasília de 2003¹³ - o primeiro debate a ser enfrentado é que o Brasil precisa sair do atual patamar de gastos públicos com a educação e avançar; e investir mais em educação e rever os gastos com as dívidas (interna e externa).

Ainda em tempo, a observação da questão tributária brasileira que repercute nas fontes de recursos mostra que não houve nos últimos anos uma reorientação redistributiva desta política.

Por todos estes aspectos mencionados, os direitos sociais são obrigatórios, pois estão presentes na constituição, por esse motivo setores conservadores da política lutam por uma reforma no orçamento público sempre buscando retirar esses direitos, julgando ser esse o motivo do rombo no orçamento público.

As literaturas estudadas mostram a fragilidade de controle interno e externo, os dados também revelam que sempre que o endividamento interna e externa aumentam, os gastos sociais tendem a serem comprimidos.

Desta forma, os decisores financeiros tendem a fazer uma escolha, atender as despesas financeiras cortar os gastos sociais inclusive a educação.

Outro dilema é a destinação de recurso para o setor público e particular, o embate entre escola pública e particular se tornou mais aceso na tramitação das Leis de Diretrizes e Bases e na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88.

Um discurso apontado como falso é o de que o baixo custo aumentaria a qualidade. A conclusão pra tal fato é a de que o barato sai caro. Outro dilema é em relação à destinação de recursos para a educação fundamental ou superior.

Ao designar o ensino fundamental como alvo maior, foi possível avançar em alguns setores, embora existissem falhas no controle e fiscalização.

Outro dilema de maior relevância é a educação superior que está relacionada ao peso político derivado de seu passado de educação de elite e de proporcionar ascensão social.

Mas, a despeito disso tudo, o que restou evidenciado foi que, apesar de existirem diversos sistemas de financiamento, que ligam o ensino fundamental e

¹³ ForExt – Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e IES Comunitárias. Brasília, 15 de maio de 2003.

superior, ensino privado e público; revelou-se não só a escassez de recursos como a falha em administrá-los.

Assim, a intenção deste estudo social é, também, alertar os trabalhadores para que saibam usufruir de seus direitos e alcançar uma existência com dignidade, sabendo-se que o direito educacional e trabalhista não é mero escambo, troca, sacrifício, mas um direito garantido por lei a todos os trabalhadores.

Em vista disso, existe grande necessidade de cooperação ente União, Estados e Município para o desenvolvimento profissional e expansão, implementação e estruturação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e para que as políticas de juventude possam prover ações para todos os jovens e também para aqueles em condições especiais de vulnerabilidade.

O trabalho deve ser assumido como Princípio Educativo e integrador e a educação deve ser articulada como meio de desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental.

REFERÊNCIAS

AQUINO, L. A Juventude como foco das Políticas Públicas. In: IPEA. Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Brasília, 2009.

AZANHA, J. M. P. Parâmetros Curriculares Nacionais e autonomia da escola. Disponível em <http://www.hottopos.com/harvard3/zemar.htm>. Acesso em 2 set. 2005.

AZENHA, M. G. Construtivismo: de Piaget a Emilia Ferreiro. 7 ed. São Paulo, SP: Ática, 2001.

BRASIL, Lei n.º 12.513/2012 - PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 14 Nov 2017.

BEHRING, E. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BOSCHETTI, I. et al. (Orgs.). Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

CALDART, R. S. Momento atual da Educação do Campo. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário NEAD/MDA, 2005. Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=artigo&id=27&titulo=artigo+do=M%C3%AAs> Acesso em 24 de setembro de 2006.

CUNHA, Luiz Antonio. Política educacional no Brasil: a profissionalização no ensino médio. 2. ed. Rio de Janeiro: Eldorado, 1977.

GOMES, C. A.; AMARAL SOBRINHO, J. (Org.). Qualidade, eficiência e equidade na educação básica. Brasília: IPEA, 1992, p. 71-98.

GOMES, C. A. Financiamento e equidade. AMARAL SOBRINHO, J. (Org.). *Qualidade, eficiência e equidade na educação básica*. Brasília: IPEA, 1992, p. 47-70.

GRAMSCI, Antônio. Concepção dialética da História. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1978. Disponível em: pt.scrib.com/doc/78561822/GRAMSCI-Antonio-Concepcao-dialetica-da-historia).

GRABOWSKI, Gabriel; RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa. Reforma: legislação e financiamento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil. In: MOLL, Jaqueline (Org.). Educação Profissional e Tecnológica (EPT) brasileira contemporâneo: Desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010, 312p.

JESUS, Wellington Ferreira de, Os Fundos constitucionais e o financiamento da educação básica brasileira: das origens ao FUNDEB. Wellington Ferreira de Jesus. – Curitiba: CRV, 2016. 242 p.

KUENZER, Acácia Zeneida (Org). Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo, Cortez, 2002.

KUENZER, Acácia Zeneida (Org). Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo, Cortez, 2002.

KUENZER, Acácia Zeneida. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências. In: FERRETTI, Celso; SILVA JR, João dos Reis;

LIMA, Domingos L. O Ensino Técnico Profissional e as transformações do Estado – Nação Brasileira no século XX. CEFET – PR: 2005.

LIMA FILHO, D. L. Em construção: enfrentando desafios políticos e pedagógicos. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 35, n. 1, jan./abr. 2010.

MANFREDI, Silvia Maria. Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

MANFREDI, Silvia Maria. Educação profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

MANFREDI, Sílvia Maria. Educação Profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1986 a. Livro III, t. I. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1986b.

MARX, K. ENGELS, F. A Ideologia Alemã. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl. *O capital. Volume I* – Trad. J. Teixeira Martins e Vital Moreira, Centelha - Coimbra, 1974.

MELCHIOR, J. (1981), A política de vinculação de recursos públicos e o financiamento da educação no Brasil. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. Concepção e diretrizes: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: MEC/Setec, 2008.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CFESS. *Capacitação em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e serviço social: módulo 1*. Brasília: Cead/UnB/CFESS/Abepss, 1999.

NETTO, J. P. Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992.

OLIVEIRA, Francisco de. Prefácio. In: RAICHELIS, Raquel. Esfera pública e conselhos de assistência social. São Paulo: Cortez, 1998.

PACHECO, Eliezer Moreira. Bases para uma Política Nacional de EPT (2008). Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos>. Acesso em: 01 de julho de 2011.

PACHECO, Eliezer Moreira. Os institutos federais uma revolução na educação profissional e tecnológica. DF, 2010.

ROMANELLI, Otaíza Oliveira de. História da Educação no Brasil (1930/1973). Petrópolis: Vozes, 2003.

SALVADOR, Evilásio; TEIXEIRA, S. O.; FREITAS, Nathália. Participação em banca de Fernanda Moreira Câmara. Fundo público e Sistema S: uma análise reflexiva da arrecadação e prestação de contas. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade de Brasília.

SALVADOR, Evilásio. Fundo público e seguridade social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.

SALVADOR, Evilasio. Financiamento tributário da política social no pós-Real. Orgs. Financeirização do fundo público e política social. São Paulo: Cortez, p.123-152, 2012.

SALVADOR, Evilásio. Privatização e mercantilização da educação básica no Brasil. Evilásio Salvador (Coordenador), Natalia de Souza, Samuel Pantoja Lima; Luiza Andrea Mangabeira da Costa (Assistente de Pesquisa). — Brasília, DF: Universidade de Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2017. 296 p.

SAVIANI, D. Sobre a concepção de politécnica. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1987.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, Janssen Felipe da. Avaliação na Perspectiva Formativa reguladora: Pressupostos Teóricos e Práticos. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio. Rio de Janeiro, 6 edição, Editora UFRJ, 1999.

TEIXEIRA, Sandra Oliveira; SALVADOR, Evilásio da Silva; ELIAS, Luciana R.. Participação em banca de Thais Daniele Luna Rodrigues. A Educação Profissional e Tecnológica (EPT): uma análise sobre o orçamento dos Institutos Federais. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade de Brasília.

UNESCO. Conferência Mundial sobre Educação Superior. Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação. Piracicaba: UNIMEP, 1998.

VELLOSO, Jacques. Pesquisas no país sobre o financiamento da educação: onde estamos? Políticas e Gestão da Educação (1991-1997). Série Estado do Conhecimento nº 5. Brasília-DF, MEC/INEP/Comped, 2001.

VELLOSO, J. A Emenda Calmon e os recursos da União. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 74, p. 20-39, ago. 1990.

VELLOSO, J. Os quatro anos da Emenda Calmon e seu impacto: um comentário. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 69, n. 162, p. 260-270, maio/ago. 1988.

VELLOSO, J. A Emenda Calmon e os recursos da União. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 74, p. 20-39, ago. 1990.

VELLOSO, J. Mestres e doutores no país: destinos profissionais e modelos de pós-graduação. [s.l.]: [s.n.], 2004.

VELLOSO, Jacques. Pesquisas no país sobre o financiamento da educação: onde estamos? Políticas e Gestão da Educação (1991-1997). Série Estado do Conhecimento nº 5. Brasília-DF, MEC/INEP/Comped, 2001.
